

Relatório de Gestão 2020

Évora, 26 de março de 2021

mm
nil
H

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2020 a Gesamb comemorou o seu décimo sétimo aniversário.

Este foi um ano excepcional, marcado pela pandemia COVID19, que em março levou a Autoridade Nacional em matéria de resíduos (APA) e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) a emitirem orientações que levaram, durante o primeiro estado de emergência, à suspensão da valorização de resíduos indiferenciados na Unidade de Tratamento Mecânico e Biológicos e à quarentena, antes da triagem, dos resíduos recolhidos seletivamente, prática que se manteve.

Apesar desta paragem e de outras situações anómalas como a dificuldade na obtenção de determinados EPI's, a necessidade de desfazer horários e instituir, quando possível, o teletrabalho, a revisão e definição de novos procedimentos e a definição e constante atualização de planos de contingência, nunca deixou de ser garantida a correta recolha, receção e eliminação de resíduos, a par da proteção da saúde pública e da saúde dos colaboradores da Gesamb, prevenindo a disseminação da doença e compatibilizando-a com a necessidade de uma gestão eficaz e eficiente dos resíduos produzidos.

Não podemos por isso deixar de começar por reconhecer o empenho e mérito de todos os nossos colaboradores que em nenhum momento deixaram de executar as suas tarefas com qualidade, rigor e perseverança.

Com o fim do PERSU2020, antevia-se para 2020 a publicação do novo PERSU, o anunciado PERSU2030, que não se concretizou, assim como a transposição das novas Diretivas Aterros (2018/850), Resíduos (2018/851) e Embalagens (2018/850), concretizada a 10 de dezembro com a publicação do Decreto-lei n.º 102-D/2020 que aprova o novo Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR), o regime jurídico da Deposição de Resíduos em Aterro, assim como altera o Regime da Gestão de Fluxos Específicos de resíduos, o chamado "Unilex". Importa igualmente referir a aprovação da duplicação do valor da Taxa de Gestão de Resíduos de 11€/Ton. para 22€/Ton. sem que fosse ainda possível compreender o racional justificativo ou como é que este aumento irá ajudar ao cumprimento das novas metas e alavancar a mudança preconizada por esta legislação.

Sendo 2020, o último ano para implementação das ações definidas no Plano de Ação da Gesamb importa salientar que todas as ações foram executadas, tendo-se avançado para novas ações no âmbito da recolha seletiva de biorresíduos (orgânicos), promoção da compostagem doméstica e comunitária e recolha seletiva de resíduos perigosos. Neste sentido, foram apresentadas mais quatro candidaturas ao PO SEUR, duas com vista à definição da estratégia intermunicipal de recolha e valorização de biorresíduos e concretização de projetos piloto de recolha seletiva de biorresíduos em Évora assim como o reforço e promoção compostagem de biorresíduos, ambas aprovadas e duas com vista à adaptação da UTMB ao processamento de biorresíduos previstos receber da recolha seletiva (uma delas aprovada).

Em termos operacionais, relativamente às quantidades recebidas, regista-se pelo segundo ano consecutivo uma ligeira diminuição do quantitativo global, acompanhando a diminuição da fração de resíduos indiferenciados.

Apesar das paragens na Unidade de Tratamento Mecânico e Biológicos, foram depositadas em aterro 51 863 ton. (-2 997 ton.), menos 5,5% quem 2019, o que não foi, no entanto, suficiente para dar cumprimento à meta de Deposição Máxima de RUB em Aterro (10%) e Preparação para Reutilização (80%).

Em relação à recolha seletiva, verificou-se um aumento das quantidades de papel, embalagens de plástico, metal e vidro, confirmando a trajetória de subida dos últimos 4 anos. No entanto, a meta da Recolha Seletiva definida no PERSU2020 ficou a 95% do valor definido (48kg/hab.ano), ou seja, menos de 2,46 Kg/hab.ano.

Quanto às metas de reciclagem de embalagens (Despacho n.º 7111/2015 e Despacho 4707/2018), considerando o contributo das retomadas de resíduos de embalagens provenientes da recolha indiferenciada, verifica-se que apenas não foi atingida a meta relativa ao Plástico (-717 ton.) tendo sido todas as outras largamente ultrapassadas.

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança na Gesamb.

O Conselho de Administração da Gesamb

Leonor Simão Duarte de Uchoa
João Paulo Almeida dos Santos
Bernardino Beuzalvil Pinto

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	2
APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	5
MISSÃO	5
VISÃO	5
VALORES.....	5
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS.....	6
ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	6
INFRA ESTRUTURAS	7
FROTA	7
CERTIFICAÇÃO.....	8
RECEÇÃO DE RESÍDUOS.....	9
TOTAIS RECECIONADOS POR TIPO DE RESÍDUO.....	9
RECOLHA INDIFERENCIADA.....	11
QUANTIDADES POR MUNICÍPIO	11
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS - SIGRE	12
MATERIAL ENVIADO PARA RECICLAGEM.....	13
RECOLHA SELETIVA.....	13
RECOLHA INDIFERENCIADA – UTMB.....	15
DEPOSIÇÃO EM ATERRO.....	15
METAS DO PERSU2020	15
METAS DO DESPACHO N.º 4707/2018, DE 14 DE MAIO	16
PLANO DE AÇÃO.....	17
COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	19
GESTÃO DE PESSOAS.....	20
REPARTIÇÃO DO EFETIVO	20
NÍVEL ETÁRIO.....	21
NÍVEIS HABILITACIONAIS.....	21
FORMAÇÃO	22
TAXA DE ABSENTISMO	22
SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	22
RESULTADOS	23
RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO	26
DESEMPENHO ECONÓMICO E PRINCIPAIS INDICADORES	30
RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL	32
POLÍTICA DE PREÇOS.....	34
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	36
EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS.....	36
APLICAÇÃO DE RESULTADOS	37
OUTROS	37
EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE.....	38
FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO.....	40
ANEXO I PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	42
ANEXO II PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2020.....	43

mmz
ml
KS

APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM, desenvolve a sua atividade desde 2004, sendo responsável pela gestão integrada dos resíduos urbanos (RU) produzidos nos municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa.

A Gesamb é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos:

- 600.000 Euros, pela CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, adiante designada CIMAC, integralmente realizado.
- 400.000 Euros, pela Biosmart - Soluções Ambientais, S.A, integralmente realizado

Nas suas instalações em Évora são tratadas anualmente 90 mil toneladas de RU, produzidas pelos cerca de 144 mil habitantes da sua área de intervenção (6.500 km²).

Figura 1 – Municípios da área de abrangência da Gesamb



MISSÃO

Assegurar a gestão integrada do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito de Évora, utilizando as técnicas mais seguras e ambientalmente adequadas, tendo sempre em consideração os princípios da sustentabilidade e aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o setor dos resíduos.

VISÃO

Ser reconhecida como uma organização de referência pela ecoeficiência do seu desempenho e promoção da sustentabilidade ambiental e social.

VALORES

Integridade e Ética

Atuar com retidão de acordo com os mais elevados padrões éticos

Espírito de Equipa

Porque o todo é mais do que a soma das partes

Ambição e Compromisso

Fazer dos nossos valores a nossa estratégia de negócio

Transparência e Rigor

Encarar com seriedade tudo aquilo que fazemos

Empenho e Excelência

Traçar um caminho ambicioso em direção à excelência e reconhecimento

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃO SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Formada pelos representantes dos detentores do capital estatutário

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central

Biosmart - Soluções Ambientais, S.A

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eleito na Assembleia Geral de 23 de maio de 2019

Presidente: Luís Simão, CIMAC

Vogais: João Afonso, Biosmart

Bernardino Pinto, CIMAC

FISCAL ÚNICO

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.

ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

A estrutura funcional da empresa, aprovada pelo Conselho de Administração em janeiro de 2020, é apresentada no organigrama seguinte.

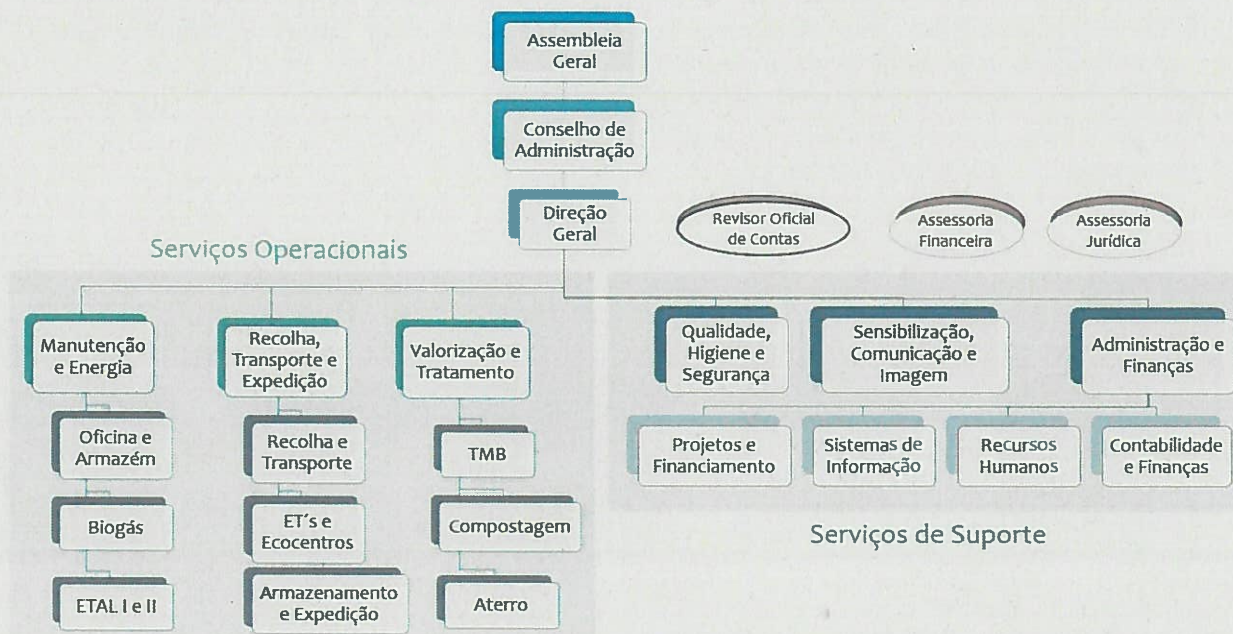


Figura 2 – Organigrama da Gesamb

mm
1
W

INFRA ESTRUTURAS

Para assegurar a receção, tratamento e valorização dos resíduos recolhidos e recebidos a Gesamb dispõe de um conjunto de infraestruturas: seis Ecocentros, quatro Estações de Transferência, um Centro de Triagem de embalagens de vidro, plástico, metal e papel/cartão, uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, um Centro de Valorização de Resíduos Construção e Demolição (RCD's), uma Unidade de Valorização de Biorresíduos, uma Unidade de Valorização de Biogás e duas Estações de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL).

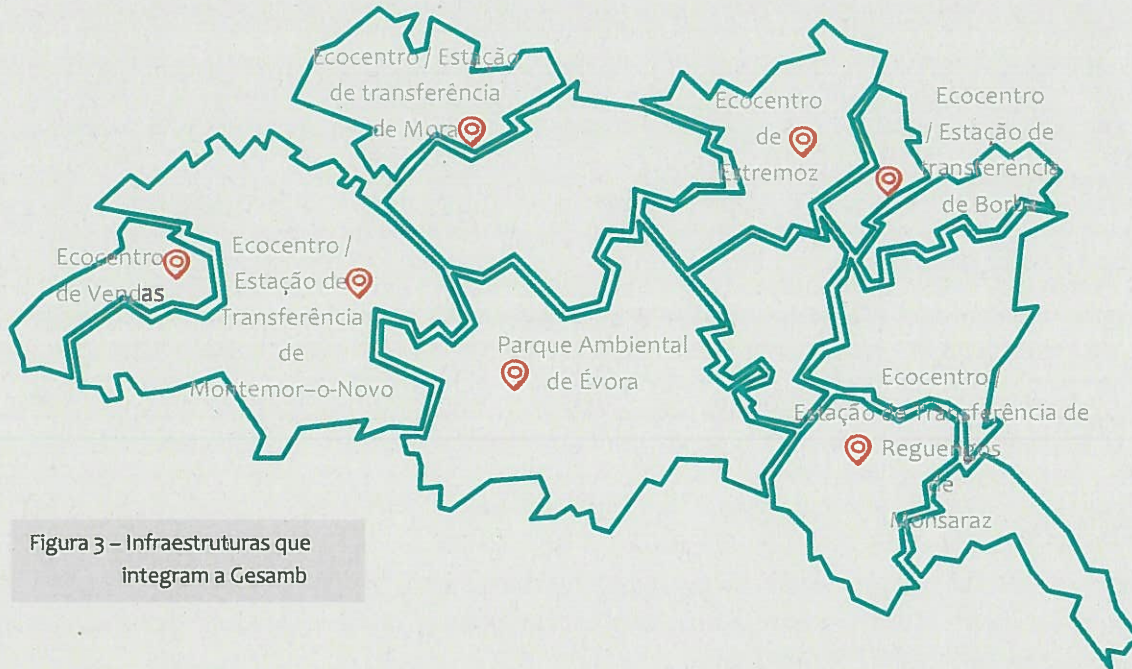


Figura 3 – Infraestruturas que integram a Gesamb

FROTA

Para assegurar o transporte dos RU indiferenciados rececionados nas 4 Estações de Transferência, a Gesamb dispõe de 7 viaturas, 10 semirreboques e 3 contentores fechados (1 compactador estático em Mora). As 2 viaturas de 4 eixos e compactadores estáticos estão afetas à ET de Mora que possui características técnicas diferentes das restantes, para adaptação ao nível dos quantitativos rececionados (o compactador estático opera com 3 contentores fechados). As restantes 5 viaturas asseguram o transporte das outras 3 ET onde são mantidos pisos móveis que asseguram a disponibilidade de capacidade de receção. Em termos de recursos humanos, estão afetos 3 motoristas ao transporte de RU indiferenciados.

Figura 4 – Frota de Transporte de RU



Para assegurar a recolha nos ecocentros, ecopontos e recolha dedicadas a Gesamb possui 12 viaturas com sistema de ampliroll e dotadas de grua para transporte de auto compactadores ou contentores de 30 m³. Para

acomodamento dos resíduos estão disponíveis 11 auto compactadores e cerca de 120 contentores. Estão afetos 12 motoristas e 3 ajudantes para a recolha de resíduos nos ecocentros, dedicadas e ecopontos.



Figura 5 – Frota de RS

No âmbito de candidatura apresentada ao Fundo Ambiental, a Gesamb adquiriu três viaturas 100% elétricas, duas viaturas ligeiras de passageiros e uma viatura ligeira de mercadorias. A viatura ligeira de mercadorias elétrica foi cedida à Junta de Freguesia de Monsaraz para a implementação de um circuito de recolha seletiva de recicláveis porta-a-porta.

No âmbito de candidaturas ao PO SEUR, foram adquiridas 10 viaturas ligeiras de mercadorias de 3.500 kg para a recolha de resíduos biodegradáveis e resíduos de embalagens. Em parceria com os municípios de Alandroal, Borba, Estremoz, Mora, Mourão, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas foram implementados circuitos de recolha dedicada. A Gesamb estabeleceu igualmente uma parceria com o Município de Évora para avançar com um projeto piloto de recolha seletiva de resíduos biodegradáveis em grandes produtores do setor não residencial no concelho de Évora.

Em 2020, no âmbito de duas candidaturas ao POSEUR, a Gesamb adquiriu três viaturas, uma viatura pesada para a recolha seletiva e, duas viaturas ligeiras de mercadorias em parceria com os Municípios de Alandroal (viatura de 3.500kg para recolha de volumosos) e Évora (viatura 100% elétrica para recolha seletiva de resíduos biodegradáveis).

CERTIFICAÇÃO

Em 2011 a Gesamb iniciou o processo de implementação de um Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança, tendo ficado concluído no final de 2015, nesta data foi iniciado o procedimento para contratação de serviços de auditoria para emissão da certificação.

Durante o 2º trimestre de 2016 foi realizada auditoria para concessão da certificação, pela empresa EIC – Empresa Internacional de Certificação, sendo que no final de 2016 foi atribuída certificação segundo os normativos de qualidade, NP EN ISO 9001, e ambiente, NP EN ISO 14001, para todas as atividades da Gesamb (desde a receção, recolha, transporte, acondicionamento, armazenamento temporário, triagem até à valorização orgânica e deposição final de resíduos urbanos).

Em 2017, foi realizada a Auditoria de 1º Acompanhamento, pela empresa EIC, tendo sido aceites todas as ações corretivas propostas pela Gesamb, ficando assim reunidas todas as condições referentes aos Certificados n.º E – 3903 e A-0464.

Em 2018, a Gesamb recebeu novos certificados referente à transição para as novas normas da Qualidade (ISO 9001:2015) e Ambiente (ISO 14001:2015).

Em 2019 foi efetuada a Auditoria de Renovação, tendo sido incluída a atividade de comercialização de corretivo orgânico nos novos certificados emitidos (E-5087 e A-0697) pela empresa EIC.

Após concluído o ciclo de três anos, desde a primeira auditoria (2017), no ano de 2020, foi realizada novamente a Auditoria de 1º Acompanhamento, pela empresa EIC, tendo sido aceites todas as ações corretivas propostas pela Gesamb, ficando assim reunidas todas as condições referentes aos Certificados n.º E – 5087 e A-0697.



Figura 6 – Logotipos certificação

mm
15

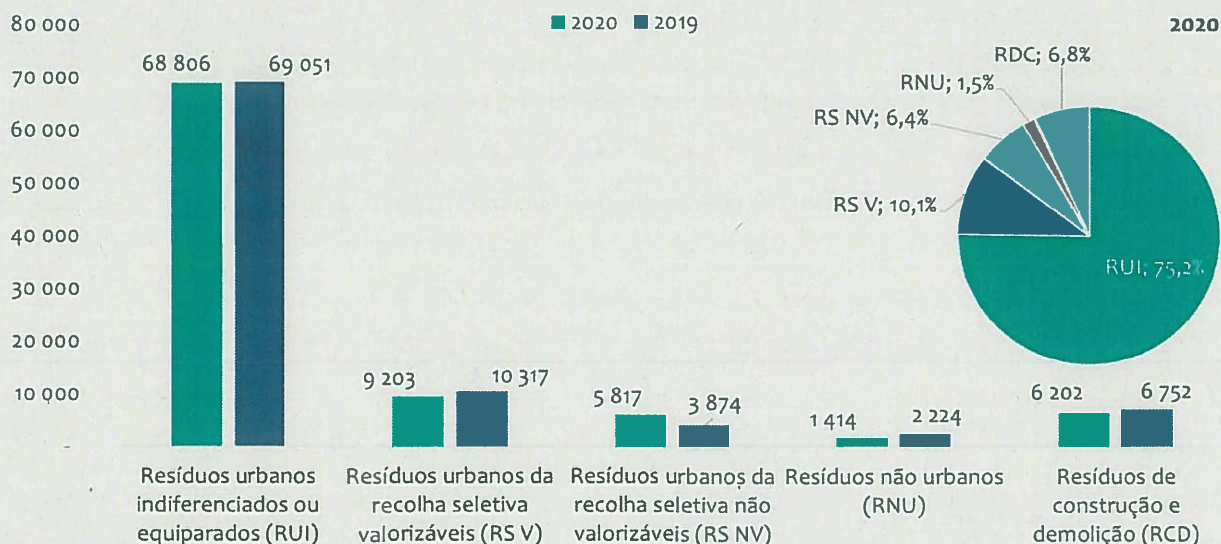
ATIVIDADE DA EMPRESA

RECEÇÃO DE RESÍDUOS

TOTAIS RECECIONADOS POR TIPO DE RESÍDUO

Foram rececionadas um total de **91 442 t** de resíduos em 2020, menos 776 t (-0,84%) do que em 2019. Destas 92% são resíduos urbanos e o restante resíduos não urbanos incluindo os resíduos de construção e demolição (6,8% do total).

Gráfico 1 – Total de resíduos recebido (ton.), evolução 2020 e 2019



Os resíduos urbanos (RU) são resíduos provenientes de habitações, bem como outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos provenientes de habitações. São considerados resíduos urbanos os resíduos produzidos:

- pelos agregados familiares (resíduos domésticos)
- por pequenos produtores de resíduos semelhantes (produção diária inferior a 1.100 l)
- por grandes produtores de resíduos semelhantes (produção diária igual ou superior a 1.100 l)

Consideram-se assim resíduos urbanos os resíduos urbanos e equiparados (resíduos domésticos, do comércio, indústria e serviços), incluindo as frações recolhidas seletivamente. Podem também ser classificados como resíduos urbanos os resíduos de embalagens (incluindo resíduos urbanos e equiparados de embalagens, recolhidos separadamente), desde que sejam provenientes dos agregados familiares (resíduos domésticos) ou semelhantes a estes, provenientes dos sectores dos serviços, indústria ou estabelecimentos comerciais.

São considerados resíduos não urbanos os que não têm enquadramento nos resíduos urbanos, ou seja, pneus, óleos minerais usados, os resíduos de construção e demolição, as lamas de depuração de águas residuais domésticas e a mistura de plásticos.

Relativamente aos resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados estava previsto no Orçamento e Plano Económico e Financeiro da Gesamb para 2020 receber um total anual de 68 176 toneladas verificando-se que a quantidade recebida corresponde a 100,92 % dessa previsão, mais 630 toneladas do que o previsto e menos 245 toneladas (-0,36%) relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Verificaram-se os seguintes aumentos nas entradas de resíduos urbanos:

- Volumosos (monstros não ferrosos), mais 1 930 toneladas (+50,8%),

- Papel/cartão, mais 101 toneladas (+3,2%),
- Embalagens de plástico e metal, mais 154 toneladas (+10,3%),
- Embalagens de vidro, mais 242 toneladas (+12,3%) e
- Pneus, mais 69 toneladas (+11,1%).

O aumento verificado nos monstros não ferrosos é explicado pela implementação de um controlo da qualidade dos resíduos verdes mais rigorosa com vista à sua valorização na Unidade de Compostagem de Verdes, tendo nesse processo sido identificadas cargas não conformes, e como tal classificados como monstros não ferrosos. Isto explica a diminuição registada no total de resíduos urbanos valorizáveis, para além de se ter verificado um aumento de monstros não ferrosos em resultados de limpezas no período de confinamento.

Em 2020 e quando comparada com 2019, em relação ao papel/cartão, plástico/metal e vidro, houve uma quebra no ritmo de crescimento especialmente verificada no papel/cartão, sendo o vidro a única exceção.

Em sentido inverso, verificou-se uma redução na entrada dos seguintes resíduos:

- Resíduos verdes, menos 1 573 toneladas (-47,8%), pelo motivo atrás exposto,
- Resíduos de construção e demolição, menos 551 toneladas (-8,2%),
- Embalagens de madeira, menos 1717 toneladas (-57,6%) e
- Resíduos urbanos indiferenciados, menos 267 toneladas (-0,4%).

Quadro 1 – Resíduos recebidos, toneladas

Resíduo (ton.)	Natureza Resíduo	2020	2019	Var. 20/19 %	Var. 20/19 ton.	Peso %
Resíduos urbanos indiferenciados	RURI	68 437,4	68 704,6	-0,4%	267,2	74,8%
Resíduos de cozinhas e cantinas	RURSV	25,0	0,0	100%	25,0	0,0%
Resíduos da limpeza de ruas	RURI	369,0	346,3	6,6%	22,7	0,4%
Roupas e têxteis	RURSNV	3,7	4,2	-11,5%	-0,5	0,00%
Monstros não ferrosos	RURSNV	5 730,8	3 801,2	50,8%	1 929,6	6,3%
Monstros não ferrosos - rótulos/fitas	RURSNV	82,7	68,8	20,3%	13,9	0,1%
Resíduos verdes	RURSV	1 718,9	3 292,2	-47,8%	-1 573,2	1,9%
Embalagens de vidro	RURSV	2 206,3	1 964,7	12,3%	241,6	2,4%
Embalagens de madeira	RURSV	130,5	307,4	-57,6%	-177,0	2,4%
Papel/cartão	RURSV	3 203,2	3 102,6	3,2%	100,7	3,5%
Embalagens de plástico e metal	RURSV	1 649,2	1 495,3	10,3%	153,9	1,8%
Monstros ferrosos	RURSV	34,1	51,9	-34,2%	-17,7	0,0%
Equipamento elétrico	RURSV	201,7	79,8	152,7%	121,9	0,2%
Pilhas/acumuladores	RURSV	4,2	1,1	298,1%	3,2	0,0%
Óleos alimentares usados	RURSV	30,3	21,8	39,2%	8,5	0,0%
Pneus	RNU	689,0	620,3	11,1%	68,7	0,8%
Mistura de plásticos	RNU	219,6	315,5	-30,4%	-95,9	0,2%
Lamas de depu. de águas resid. domést.	RNU	503,3	1 285,6	-60,9%	-782,3	0,6%
Óleos minerais usados	RNU	2,1	2,6	-21,3%	-0,6	0,00%
Resíduos de construção e demolição (RCD)	RNURCD	6 201,5	6 752,3	-8,2%	-550,8	6,8%
Total Rececionado		91 442,5	92 218,0	-0,84%	775,52	100,00%

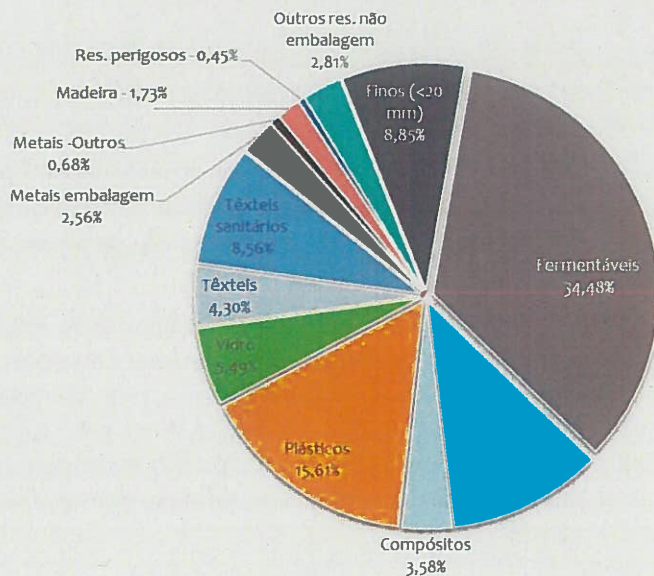
RECOLHA INDIFERENCIADA

A Gesamb realiza anualmente caracterizações à fração indiferenciada de resíduos mediante o processamento de 21 amostras nos termos da Portaria n.º 851/209, de 7 de agosto, sendo que os resultados médios são os que se encontram representados no gráfico ao lado.

Naturalmente as frações mais significativas são os resíduos fermentáveis (alimentares e outros putrescíveis), 34,48 % aos quais devemos juntar os finos, 8,85%, que representam 43% do total, seguido dos plásticos, 15,61 % e do papel/cartão, 10,91%.

De referir que, ao longo dos últimos 5 anos, as proporções das várias frações têm-se mantido relativamente estáveis.

Gráfico 2 – Caracterização dos Resíduos Urbanos Indiferenciados



QUANTIDADES POR MUNICÍPIO

Em 2020 foi rececionado um total de **67.606 toneladas** de RU indiferenciados recolhidos pelos 12 municípios que integram a área de intervenção da Gesamb, +0,64% que em 2019. Este aumento foi verificado em todos os municípios com exceção do Município de Évora (-0,74%) e Reguengos de Monsaraz (-0,04%), os aumentos mais significativos verificaram-se nos Municípios de Alandroal (+6,98%) e Mourão (5,65%).

O gráfico 1 mostra o peso do total dos quantitativos de RU indiferenciados recebidos em 2020 de cada um dos municípios que integram a Gesamb.

Nestes destaca-se claramente o município de Évora com um peso de 38,55% do total, seguindo-se Montemor-o-Novo, com um peso de 10,93%. O município com menor peso é o de Mourão com 1,66% seguido de Mora e Alandroal com 3,19% e 3,28 respetivamente.

Em 2020, a capitação (kg de RU indiferenciados produzido por habitante/ano, por município) regista um valor médio de 469 kg/habitante/ano. Comparativamente a 2019 verifica-se um aumento de 2,98 kg/habitante/ano. Para comparação com o ano anterior foi utilizada a população média residente anual de 144.166 habitantes (Ano 2017 - Fonte: INE).

Quadro 2 - RUI recebidos dos 12 municípios

Município	Total (ton)	Varição 20/19
Alandroal	2 217,12	6,98%
Arraiolos	3 057,34	3,66%
Borba	2 924,38	2,37%
Estremoz	5 784,76	0,90%
Évora	26 064,99	-0,74%
Montemor-o-Novo	7 391,14	0,34%
Mora	2 156,92	4,03%
Mourão	1 125,06	5,65%
Redondo	3 100,26	1,75%
Reguengos de Monsaraz	5 473,54	-0,04%
Vendas Novas	5 009,02	0,21%
Vila Viçosa	3 301,22	0,70%
Total	67 605,75	0,64%

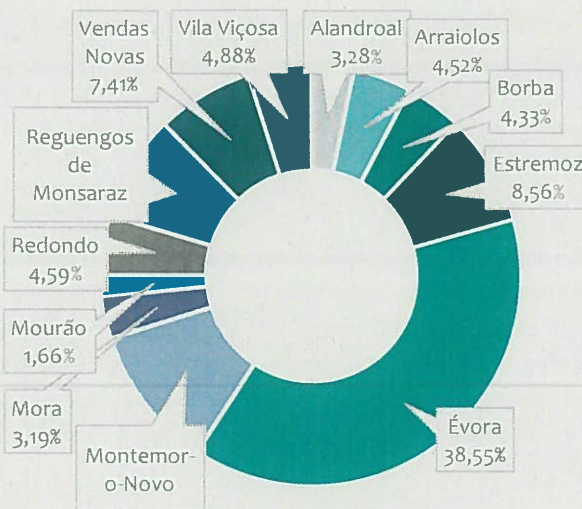


Gráfico 3 – Origem dos RU Recebidos

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS DE EMBALAGENS - SIGRE

O Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE) regula o fluxo das embalagens e resíduos de embalagens e tem por base o princípio da responsabilidade alargada do produtor, sendo atribuída ao responsável pela primeira colocação no mercado nacional dos produtos embalados, que se considera o embalador e/ou importador e, no caso das embalagens de serviço, o fornecedor e/ou importador, a responsabilidade pela sua gestão quando este atinge o final de vida, podendo ser assumida a título individual ou transferida para um sistema integrado.

Os princípios e normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens em Portugal, em 2020, encontram-se estabelecidos no Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro, que transpõe para a ordem jurídica nacional as diretivas n.º 94/62/CE e 2004/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativas a embalagens e resíduos de embalagens. Em 10 de dezembro de 2020, foi publicado o **Decreto-Lei n.º 102-D/2020**, que aprova o Regime Geral da Gestão de Resíduos (RGGR), o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, assim como altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, o chamado “Unilex”, com entrada em vigor a 1 de julho de 2021.

A aplicação das medidas e ações preconizadas na legislação portuguesa que regula a gestão do fluxo das embalagens e resíduos de embalagens concretizou-se através do licenciamento da entidade gestora Sociedade Ponto Verde, em 1997. A par da Sociedade Ponto Verde existem atualmente mais 2 entidades gestoras licenciadas em Portugal que são a Novo Verde e a Electrão (antiga Amb3E).

Os Sistemas recebem das entidades gestoras uma contrapartida financeira, definida no Despacho 14202-C/2016, para assegurar a recolha seletiva e triagem das embalagens usadas, por tipo de material, disponibilizando estes resíduos a uma das 3 entidades gestoras, que os encaminha para reciclagem.

Em 2020 e, comparativamente com 2019, verificou-se um aumento em todas as frações, mais 842 ton. no total, +7,56%. A fração papel/cartão registou um acréscimo de 3,25%, a fração embalagens de plástico e metal de mais 10,30% e a fração vidro de mais 12,29%.

Este acréscimo é explicado pelo aumento das quantidades recolhidas nos ecopontos, mais 12,6% e recolhidas pelos municípios, mais 32%, que com a implementação de novos circuitos de recolha dedicada, junto de pequenos produtores, alcançaram resultados significativos mesmo no contexto vivido em 2020 e que explicou a evolução em sentido inverso das empresas diretas dos particulares.

Para uma população média anual (ano de 2017) de 144.166 habitantes, em 2020 registou-se uma capitação de **48,96 kg/hab.**. Comparando com o ano de 2019, verifica-se um aumento da capitação total em cerca de 3,44 kg/hab/ano (+7,03%) considerando a mesma população.

Ainda em relação à recolha seletiva, em 2020 foi verificado um aumento das quantidades e correspondente capitação em todos os municípios, com exceção de Évora e Vila Viçosa, onde se verificou uma diminuição (recolhas dedicadas) de 3,7% e 20,7%, respetivamente. Os Municípios de Vendas Novas, Mora e Alandroal foram os que registaram maiores aumentos de: 38,7%, 37,5% e 33,1% respetivamente, e comparativamente com o ano de 2019. Estes valores são o claro reflexo do esforço que tem vindo a ser realizado pelos municípios nas recolhas dedicadas.

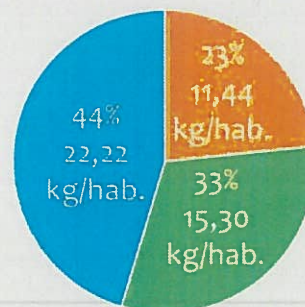
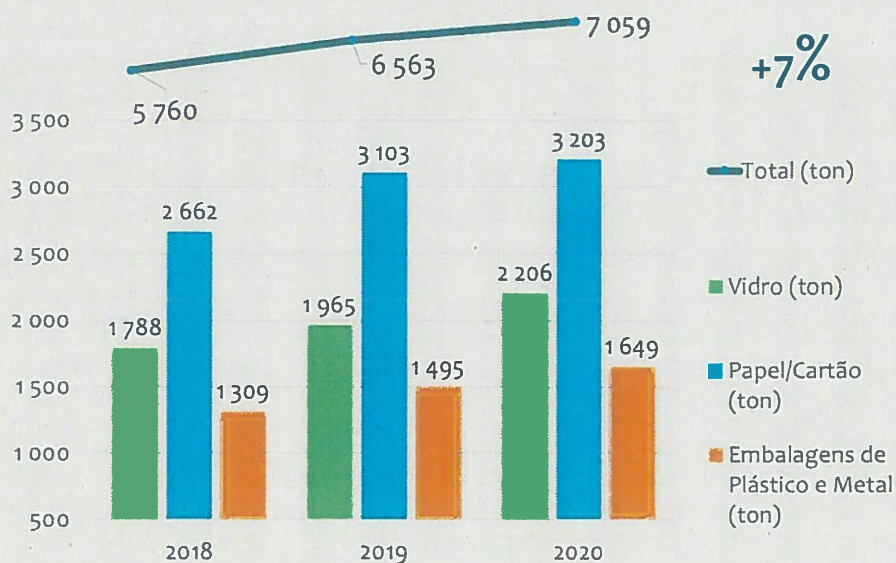


Gráfico 4 – Capitação por material

Gráfico 5 – Toneladas de Resíduos valorizáveis recolhidos e recebidos, por ano



MATERIAL ENVIADO PARA RECICLAGEM

RECOLHA SELETIVA

Durante o ano de 2020 foram recolhidas, processadas e enviadas para reciclagem **7 545 ton**, mais **936 ton** que em 2019.

Quadro 3 – Material rececionado com potencial de valorização/ material encaminhado (ton.)

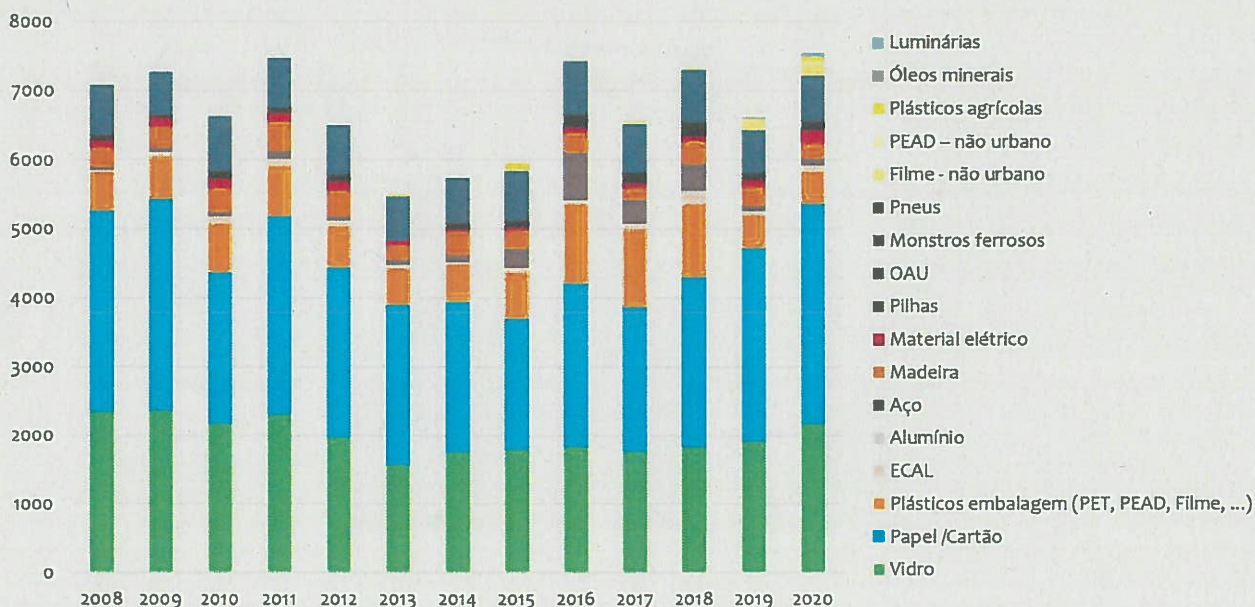
	2020	2019	Var. Ton. 20/19	Var. % 20/19
Material Rececionado	8 370	7 963	407	5,1%
Material enviado para reciclagem	7 545	6 609	936	14,2%
Rececionado/ Encaminhado	90,1%	83,0%		

Nota: Não inclui os Resíduos de Construção e Demolição (RCD)

O processo de triagem dá origem a mais de 20 frações diferentes que são encaminhadas para diferentes recicladores, em 2020 foi retomado 90,1% do material recebido. Este ano foi necessário assegurar a quarentena, das embalagens recolhidas nos ecopontos, por um período de 72 horas, antes de se proceder a sua triagem, levando a afetação de novos espaços de armazenamento.

Em 2020, foi realizado um projeto-piloto para testar o sistema de incentivo para a devolução de embalagens de bebidas em plástico, não reutilizáveis, cujas quantidades deverão ser consideradas nas metas das Gesamb e que não estão contabilizadas no Quadro 3.

Gráfico 6 – Retoma de recicláveis da fração recolha seletiva (ton.)



A variação registada no período em análise relativamente ao mesmo período de 2019 é influenciada por variações negativas e positivas, nomeadamente:

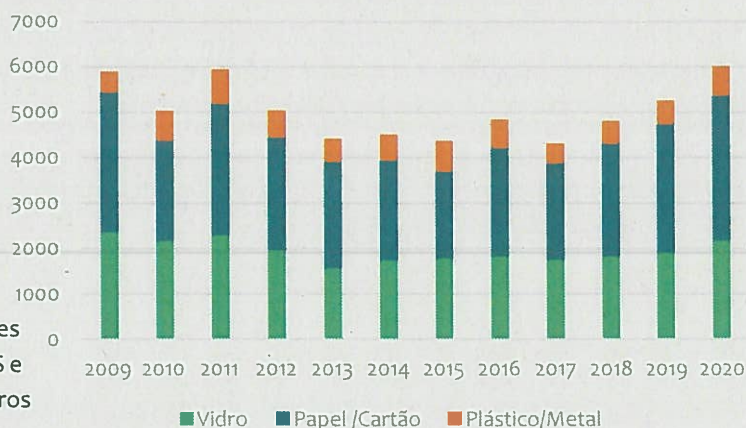
- Aumentos verificados nas frações papel/cartão (+369 ton), vidro (+267 ton), material elétrico (+89 ton), luminárias (+47 ton), plásticos agrícolas (+42 ton), monstros ferrosos (+32 ton), pneus (+31 ton), ECAL (+29 ton), filme não urbano (+29 ton), PEAD não urbano (+26 ton), aço (+22 ton), pilhas (+4 ton), óleos alimentares usados (+2 ton) e óleos minerais (+1 ton);
- Reduções verificadas nas frações de madeira (-52 ton) e plásticos embalagem (-1 ton).

O aumento das retomas deve-se essencialmente ao aumento da quantidade de papel/cartão e vidro recolhidos seletivamente. Verifica-se, no entanto, que a taxa de refugo resultante do processamento de embalagens de plástico/metálico tem vindo a aumentar, cada vez estão a ser utilizados garrafões para colocação de outros resíduos no seu interior e cerca de metade do refugo deste contentor são resíduos volumosos, dificultando o processo de triagem e que têm um impacto negativo na retoma de embalagens de plástico.

Relativamente às embalagens processadas e enviadas para reciclagem, em 2020, foram retomadas 6.003 ton. comparativamente com o ano anterior foram enviadas mais 750 ton. (+48,2%).

Comparando cada uma das frações de embalagens com o ano anterior, verifica-se aumento em todas as frações. No papel/cartão regista-se um aumento de 369 ton, no vidro um aumento de 267 ton e no plástico e metal mais 49 ton., no plástico e metal estão a ser contabilizados os seguintes materiais: plásticos embalagem (PET, PEAD, EPS e Filme), plásticos mistos, tampinhas (outros plásticos), ECAL, aço e alumínio.

Gráfico 7 – Evolução das Retomas do SIGRE



Handwritten notes:
mm
↑
H

RECOLHA INDIFERENCIADA – UTMB

Relativamente às retomas com origem no processamento da fração indiferenciada na UTMB, foram encaminhadas as quantidades representadas no gráfico 8, por tipo de fração.

Das frações e quantidades retomadas no período em análise verifica-se um decréscimo de cerca de menos 338 ton relativamente ao ano anterior. Esta diminuição deve-se ao decréscimo de retoma de menos 381 ton de composto.

Este decréscimo deve-se as paragens da UTMB devido à pandemia Covid-19, no entanto, ainda assim foi possível registar variações positivas no período em análise relativamente a 2019, nomeadamente:

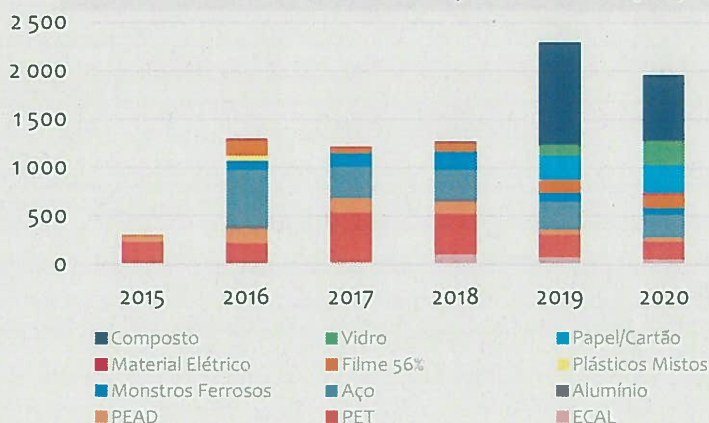
- Aumento das frações papel/cartão (+42 ton), vidro (+143 ton), material elétrico (+11 ton) e filme 56% (+7 ton);

Neste sentido, as principais reduções verificadas foram:

- Frações aço (-52 ton), PET (- 51 ton), monstros ferrosos (- 21 ton), ECAL (-19 ton), PEAD (- 12 ton), alumínio (-5 ton).

Em 2020 foram ainda vendidas 681 ton de composto.

Gráfico 8 – Retoma de recicláveis da fração indiferenciada (ton.)



DEPOSIÇÃO EM ATERRO

Comparativamente com o ano anterior verifica-se, em 2020, uma diminuição de 5,47% das quantidades depositadas em aterro.

Quadro 5 - Total de Resíduos rececionados pela Gesamb

Resíduo (ton.)	Ano 2020	Ano 2019	Variação 2020/2019
Urbanos e não Urbanos	91 442	92 218	-0,84%
Urbanos indiferenciados	68 437	68 705	-0,39%
Depositado em Aterro	51 863	54 863	-5,47%
Depositado Aterro/RU indiferenciado	75,78%	79,85%	-5,10%
Depositado Aterro/ T. Rececionado	56,72%	59,49%	-2,78%

METAS DO PERSU2020

Os Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) encontram-se atualmente obrigados a cumprir metas individuais, que visam o cumprimento da estratégia nacional de gestão de resíduos urbanos no período entre 2014-2020, nos termos do estabelecido no PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, publicado através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014.

- Retomas da recolha seletiva;
- Preparação para reutilização e reciclagem;
- Deposição de RUB em aterro.

O quadro seguinte apresenta as metas intercalares, para a Gesamb, estabelecidas pelo Despacho n.º 3350/2015, de 1 de abril, para o período 2016-2020.

Quadro 6 – Metas intercalares para a Gesamb

	2016	2017	2018	2019	2020
Retomas da recolha seletiva (Kg/hab.ano)	33	35	39	44	48
Retomas da recolha seletiva (ton) (1)	4 806	5 097	5 622	6 408	6 990
Preparação para reutilização e reciclagem (% mínima)(2)	73%	75%	76%	78%	80%
Preparação para reutilização e reciclagem (ton)(2)	41 058	43 537	43 358	45 199	46 822
Deposição de RUB em aterro (% máxima de RUB produzidos) (2)	18%	16%	14%	12%	10%
Deposição de RUB em aterro (ton) de RUB produzidos) (2)	7 627,5	6 959,67	6 398,8	5 239,1	4 409,6

(1) Tomou-se como base de cálculo a População média anual residente em 2017 extraída do portal do INE a 15 de junho de 2018 (144.166hab.)

(2) Considerou-se a produção de resíduos urbanos prevista no orçamento para cada um dos anos

No quadro seguinte apresentam-se os resultados relativos a cada uma das metas para 2020 e a taxa de cumprimento.

Quadro 7 – Cumprimento das metas intercalares para a Gesamb

	Retomas		Preparação para reutilização e reciclagem		Deposição máxima de RUB em aterro	
	Capitação (Kg/hab.ano)	Quant. Total (ton.)	%	Quant. Total (ton.)	%	Quant. Total RUB (ton.)
Meta 2020 (anual)	48,00	7 440,67	80%	49 245,57	10%	4 101,12
Realizado Ano 2020	45,54	6 564,64	55%	33 555,08	36%	14 833,37

* Meta aferida a partir da aplicação das fórmulas de cálculo estabelecidas no Anexo III do PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, publicado através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014 e da "Metodologia utilizada para determinação das metas intercalares".

Verifica-se que no final do ano 2020 não foi possível atingir nenhuma das três metas intercalares estabelecidas para a Gesamb com vista ao cumprimento das metas do PERSU 2020.

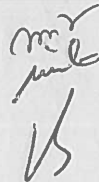
Quanto às metas relativas à *Deposição máxima de RUB em aterro* e de *Preparação para reutilização e reciclagem* o seu incumprimento deve-se às paragens da UTMBE, devido à pandemia Covid -19, que obrigaram ao encaminhamento para deposição direta em aterro dos resíduos indiferenciados.

Quanto à meta de *Retoma da recolha seletiva* atingimos 95% da meta definida para 2020, ficando a menos de 2,46 kg/hab.ano, o que representa 355 ton.

METAS DO DESPACHO N.º 4707/2018, DE 14 DE MAIO

O Decreto-Lei n.º 366 -A/97, de 20 de dezembro, na sua atual redação, estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens (RE), atribuindo aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos – SGRU, a responsabilidade pela recolha seletiva e triagem das embalagens contidas nos resíduos urbanos, prevendo que as metas de retoma são definidas por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da economia e do ambiente. Em cumprimento com o anteriormente disposto foi publicado o Despacho n.º 4707/2018, em 14 de maio de 2018, o qual define metas associadas à recolha seletiva por cada um dos SGRU e por material.

No quadro seguinte apresentam-se as objetivações para a Gesamb relativas ao ano 2019 definidas no despacho anteriormente referido, bem como o nível do cumprimento e respetivos desvios, não existindo metas para o ano 2020, foi realizada a comparação com as objetivações para o ano 2019. É ainda de referir que as capitações apresentadas no quadro seguinte para cada um dos materiais foram ajustadas à população média residente anual, ano 2017, disponibilizada pelo INE (144.166 hab). Da análise do quadro seguinte verifica-se que



por via da recolha seletiva as frações de vidro, de papel/cartão, metal e madeira ultrapassaram as objetivações: +736 ton para o vidro, +1 971 ton para o papel/cartão, e +149 ton para a madeira, as frações que não atingiram as objetivações por via da recolha seletiva foi o plástico e o metal, com um desvio de - 1 717 ton e -121 ton respetivamente.

De acordo com o n.º 7 do art.º 1.º do Despacho 4707/2018 “ 7 – Caso as capitações de retoma alcançadas pelos SGRU por via da recolha seletiva não sejam suficientes para o cumprimento das metas de reciclagem de resíduos de embalagens, o diferencial pode ser obtido através da reciclagem de resíduos de embalagens provenientes da recolha indiferenciada.”.

Considerando desta forma o contributo das retomas de RE provenientes da recolha indiferenciada verifica-se que apenas não foi atingida a objetivação definida no Despacho para a Gesamb relativa à fração Plástico (717 ton.) tendo sido todas as outras e no total largamente ultrapassadas.

Quadro 8 – Objetivações definidas no Despacho n.º 4707/2018, Nível de cumprimento e desvios no ano 2019.

Material	Vidro	Papel e Cartão	Plástico	Metal	Madeira	Total
Meta 2019 (2020)						
Capitação(Kg/hab.ano)	11,55	11,07	10,62	1,58	0,59	35,41
Quantidade a retomar (t/ano)	1 682,00	1 613,00	1 547,00	231,00	86,00	5 159,00
Realizado (só com a recolha seletiva)						
Capitação(Kg/hab.ano)	15,04	22,59	3,26	0,76	1,63	43,27
Quantidade retomada (t/ano)	2167,58	3 256,03	469,74	110,06	234,90	6 238,31
Desvio da meta (só com a recolha seletiva)						
Capitação(Kg/hab.ano)	3,49	11,52	-7,36	-0,82	1,04	7,86
Quantidade retomada (t/ano)	485,58	1643,03	-1077,26	-120,94	148,90	1 079,31
Contribuição para a meta a partir da Reciclagem de RE provenientes da recolha indiferenciada						
Capitação(Kg/hab.ano)	1,70	2,23	2,44	1,56	0,00	7,92
Quantidade retomada (t/ano)	250,40	328,47	359,83	230,37	0,00	1 169,06
Desvio da meta – 2019 (2020)						
Capitação(Kg/hab.ano)	5,18	13,74	-4,92	0,74	1,04	15,78
Quantidade retomada (t/ano)	735,98	1971,50	-717,43	109,43	148,90	2248,37

Nota: População média anual residente extraída do portal do INE a 15 de junho de 2018 (144.166 hab.)

PLANO DE AÇÃO

Com a publicação do PERSU 2020 - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos, através da Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014, foram estabelecidas metas individuais por SGRU, que visam o cumprimento da estratégia nacional de gestão de resíduos urbanos no período entre 2014-2020.

A Gesamb definiu o seu Plano de Ação 2020 em setembro de 2015, com um valor total de investimento de 4,3 milhões de euros.

O Plano de Ação da Gesamb, que terminou em 2020, foi constituído por projetos que visavam a promoção da prevenção, da recolha seletiva de resíduos biodegradáveis, da recolha seletiva de resíduos embalagens e melhoria do tratamento de resíduos. Deixa-se aqui uma breve referência às mais significativas sem prejuízo das restantes que podem ser consultadas no nosso site.

Na área da prevenção, a Gesamb implementou, de 2018 a 2020, o projeto Re-Planta! 2ª edição, cujo objetivo foi promover a prática da compostagem doméstica, demonstrando que qualquer pessoa, independentemente do espaço disponível, pode ter uma horta biológica e fazer o seu próprio composto. Para tal, o Re-Planta! visitou todos os municípios da área de intervenção da Gesamb onde realizou 24 oficinas, onde participaram 436 pessoas e distribuiu 338 compostores domésticos e materiais informativos. Deste projeto fez igualmente parte um programa educativo onde participaram 52 professores de 22 escolas, um concurso de estórias onde participaram 70 alunos e 6 professores e a construção de um Centro de Demonstração de cultivo biológico e compostagem inaugurado no dia 21 de junho.



RE-PLANTA!

Em 2020 a Gesamb concluiu o projeto de reforço da rede de recolha seletiva, existindo, no final de 2020, mais de 870 ecopontos na sua área de abrangência, verificando-se um rácio de 165 habitantes/ecoponto.

No âmbito da recolha seletiva em 2020, a Gesamb desenvolveu um projeto de inovação para implementar novos sistemas de recolha seletiva. Este projeto tem como principal objetivo contribuir para o cumprimento da meta de retoma com origem na recolha seletiva e deposição de RUB em aterro contribuindo igualmente para a metas de preparação para reutilização e reciclagem.

Pretende-se promover a otimização e análise dos circuitos da recolha seletiva atualmente existentes na área de abrangência da Gesamb, promovendo a inovação da mesma através da instalação de sensores em alguns ecopontos (projeto piloto), com objetivo de validar a monitorização em tempo real do grau de enchimento dos contentores. Foi igualmente implementado um sistema de identificação e localização de contentores associados às recolhas dedicadas de recicláveis e um software de gestão, passando assim a ser possível aceder à informação registada em tempo útil e promover a constante melhoria do serviço prestado à população e aumentar as quantidades recolhidas seletivamente.

A informação registada no software, como as quantidades recolhidas por ecoponto, por freguesia e concelho, bem como a data das últimas recolhas, níveis de enchimento e calendário das próximas recolhas será disponibilizada aos municípios e municípios on-line. Para tal, está neste momento a ser desenvolvido um webservices para disponibilizar a informação.



Em fevereiro de 2020 e para concretização do projeto piloto de recolha seletiva de resíduos biodegradáveis em grandes produtores do setor não residencial no concelho de Évora (produção diária de RU inferior a 1.100 litros), em parceria com o município de Évora, foram disponibilizados contentores para deposição seletiva de RUB e foi implementado de um novo circuito de recolha dedicado desta fração, que é assegurado pela Câmara Municipal de Évora.

Este projeto, esteve uns meses parado, devido a pandemia Covid-19, mas já foi possível perceber que recolha seletiva de biodegradáveis permitirá produzir um composto de elevada qualidade sem que isso represente um aumento nos custos da recolha dos resíduos indiferenciados.

Na área do tratamento dos resíduos biodegradáveis, esteve a funcionar em 2020 (construída em 2019) a Unidade de Compostagem de Verdes, esta unidade foi dimensionada para valorizar cerca de 1 250 t/ano de resíduos verdes.

Em 2020, o processamento de resíduos indiferenciados na UTMBE estava otimizado, em resultado das alterações implementadas em 2019, no entanto, e infelizmente devido à pandemia Covid-19, levaram a várias semanas de paragens da unidade.

Todas estas ações foram apoiadas pelo POSEUR no âmbito de candidaturas apresentadas.

Por último, em 2020, a Gesamb otimizou a Unidade de Pequena Produção de energia (UPP), com capacidade instalada de 250 kw, para valorização energética do biogás produzido no Aterro Sanitário Intermunicipal do Distrito de Évora, em que a totalidade da energia produzida foi injetada na Rede Elétrica de Serviço Público.

mm
jud
vs

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para a Gesamb, a sensibilização ambiental e a partilha de conhecimento junto da população da sua área de intervenção são encaradas como um dos seus maiores compromissos.

Neste sentido, todos os anos é definido um Plano de Comunicação e de Sensibilização Ambiental (PCSA) e o ano de 2020 não foi exceção.

Devido à pandemia Covid-19, a execução do PCSA em 2020, ficou muito comprometido, todas as ações de contacto direto (visitas às instalações, sessões de sensibilização, workshops, etc.) foram cancelados, assim como todas as participações em feiras e eventos, mas rapidamente se readaptaram as ações com a aposta em campanhas digitais, especialmente dirigidas para a correta utilização dos ecopontos.

Considerando que o PCSA, tem por base ações, iniciativas e projetos que o integram e que assentam em 4 eixos de atuação: Prevenção de resíduos, Diminuição da quantidade de recicláveis no lixo indiferenciado, Sensibilização para os benefícios da reciclagem, Aumento de 10% da recolha seletiva e considerando que em 2020, nunca o mundo esteve tão conectado, a adaptação ao “novo normal”, trouxe um aumento significativo nas interações digitais, e a Gesamb acompanhou a tendência, com uma elevada comunicação nas suas redes sociais.

Para mais informações consultar Relatório Anual - Plano de Comunicação e de Sensibilização Ambiental – 2020 – disponível em: <http://www.gesamb.pt/Educação-Ambiental/Campanhas>



GESTÃO DE PESSOAS

O capital humano é a pedra basilar de qualquer organização e constitui um dos seus principais fatores de sucesso. Os colaboradores das empresas foram, são e serão sempre o motor das organizações.

No desenvolvimento e melhoria das suas capacidades e competências residem as soluções aos desafios que se lhes deparam, assegurando o cumprimento dos objetivos traçados. Consciente deste facto, a Gesamb tem realizado uma forte aposta na formação dos seus colaboradores, sendo muito importante o momento do planeamento e organização do seu Plano de Formação, um instrumento concebido anualmente para suprir as necessidades de cada colaborador, garantindo o seu envolvimento e contribuindo desta forma para o sucesso organizacional da empresa.

REPARTIÇÃO DO EFETIVO

Quadro 9 – Estrutura de Categorias de Grupos Profissionais

Grupo Profissional	Categoria Profissional	2020	2019
Quadros de Chefia e Direção	Diretor Geral	1	1
	Diretor Técnico	3	1
Quadros Superiores e Técnicos	Técnico Superior	8	9
	Técnico	0	0
Quadros Administrativos	Administrativo	6	5
	Operador Especializado	29	28
Quadros Operacionais	Operador Manobrador	10	7
	Operador	45	44
		102	95

A 31 de dezembro de 2020, o quadro de pessoal da Gesamb registava 102 colaboradores, mais 7 que em igual período do ano anterior e mais 23 que em 2017.

Este número representa um incremento de 7,6% relativamente ao efetivo no final do ano anterior e justifica-se maioritariamente pela contratação de colaboradores para a UTMB, para reforço das operações de triagem em função dos investimentos realizados em 2019, limpeza e manutenção preventiva e para o Centro de Triagem para processamento do acumulado de embalagens de plástico e metal.

Relativamente à distribuição por categorias profissionais verifica-se que a maioria quadro de pessoal pertence à categoria de operador (44, 1%), seguindo-se-lhe a categoria de operadores especializados (28,4%). Os operadores manobreadores constituem 9,8% do total dos trabalhadores e os técnicos superiores e diretores técnicos 10,8%.

Em relação ao vínculo contratual, 93 colaboradores (91,3%) encontram-se com contrato sem termo, sendo que no final de 2020 este tipo de contrato representava 87,4% dos colaboradores. Por outro lado, 6 colaboradores encontram-se com contrato a termo certo, correspondente a 5,9%, 2 colaboradores a termo incerto e um colaborador encontra-se com outro tipo de contrato.

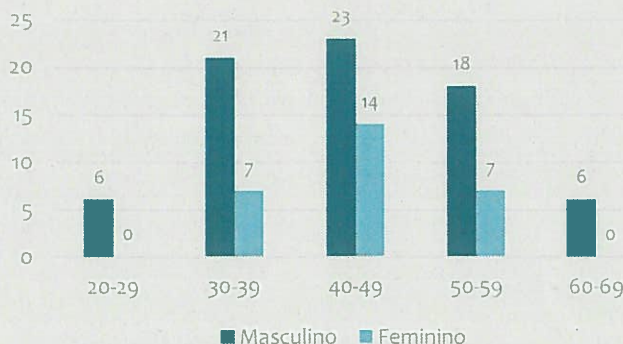
*mr
p
15*

NÍVEL ETÁRIO

Em 2020 verificou-se um aumento de colaboradores na faixa etária dos 50-59 anos (+4,5%), na faixa etária dos 30-39 anos (+1,1%) e na faixa etária dos 20-29 anos (+0,6%). Em sentido inverso, verificou-se uma diminuição na faixa etária dos 40-49 anos (- 7,9%) e da faixa etária dos 60-69 anos (- 0,4%). É a faixa dos 40-49 anos a abarcar a maior parte do pessoal ao serviço com 37 pessoas (36,3%), seguido da faixa etária dos 30-39 anos com 28 pessoas (27,5%).

A média etária dos colaboradores no final de 2020 ronda os 44 anos, praticamente idêntica à registada no final do ano de 2019.

Gráfico 9 – Escalões Etários



NÍVEIS HABILITACIONAIS

No que concerne às habilitações literárias os colaboradores encontravam-se distribuídos da forma seguinte: 45,1% com diploma do ensino básico, 40,2% possuem o ensino secundário e 14,7% titulares de formação superior.

Em relação a igual indicador de 2019, não houve alterações significativas nos níveis habilitacionais.

Em 2020 continua a verificar-se que o número de homens continua superior ao número de mulheres, em todos os níveis de escolaridade.

Gráfico 10 – Habilitações Literárias

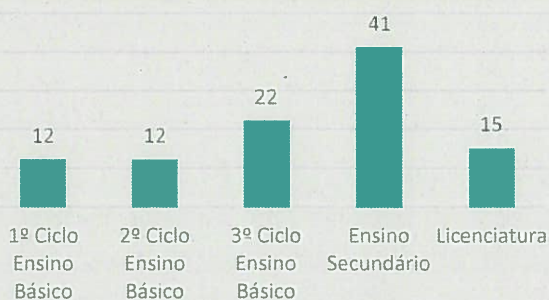
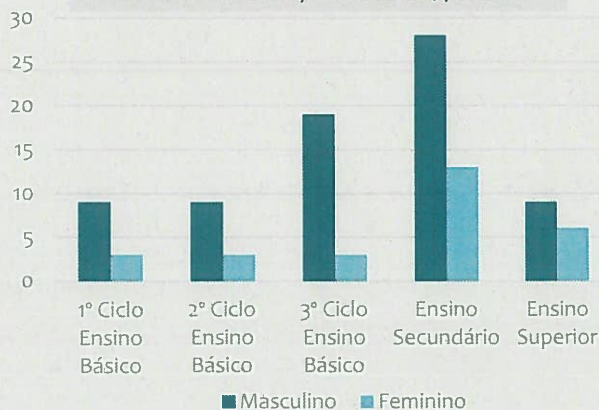


Gráfico 11 – Habilitações Literárias, por sexo

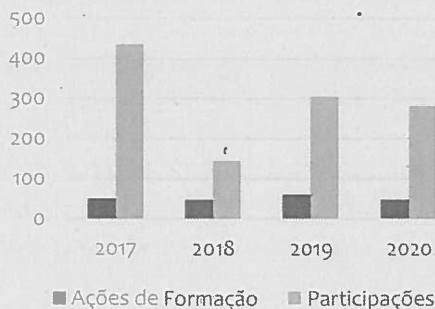


FORMAÇÃO

Durante o ano de 2020 foram realizadas 46 ações de formação, com 280 participações, perfazendo o total de 1.124 horas de formação. Devido à pandemia Covid-19, foram canceladas várias ações formativas e eventos internos (jantar de natal) que implicavam a presença física dos funcionários.

No período homólogo de 2019, foram registadas 303 participações em 59 ações de formação, num total de 2.209 horas de formação.

Gráfico 12 – Formação

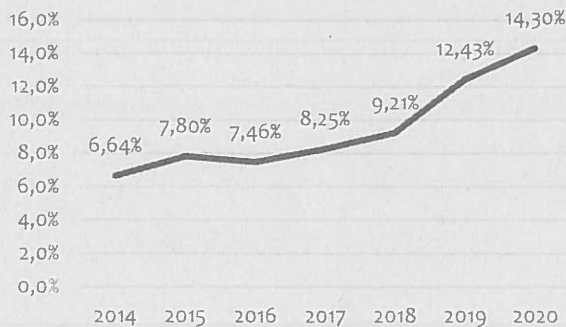


TAXA DE ABSENTISMO

No ano de 2020, devido à pandemia decorrente provocada pela COVID 19, foi registado um aumento de ausências, muitas das quais, derivadas a baixas por COVID 19 e por isolamento profilático impostas pela Direção Geral de Saúde.

Em 2020 a taxa de absentismo aumentou, em termos brutos, 1,9% relativamente a 2019, cifrando-se nos 14,3%.

Gráfico 13 – Taxa de Absentismo



SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

No ano de 2020 registaram-se 27 acidentes de trabalho, tendo sido perdidos por força destes 162 dias de trabalho, em conformidade, o Índice de Gravidade cifrou-se em 1,71, o que de acordo com o parâmetro OIT é considerado – Médio/Aceitável.

*mm
ruil
US*

RESULTADOS

O plano de negócios da Gesamb para o período 2019-2038 assentou num conjunto de incertezas e alterações regulamentares bem como nos ambiciosos investimentos em execução, nomeadamente a instalação da unidade de valorização de biogás, reforço da rede de ecoponto, otimização dos circuitos de recolha seletiva e o aumento da eficiência da UTMB. Por outro lado, manteve-se a incerteza quanto à entrada em funcionamento da Unidade de CDR de Évora em consequência da ausência, no momento, de mercado para a colocação do produto obtido.

Em 2019 a Gesamb iniciou o segundo período regulatório após a outorga do seu contrato de gestão delegada, tendo preparado a primeira atualização para o período regulatório referente a 2019-2038 (Orçamento 2020), levando em consideração o quadro legal, estatutário e normativo citado, compatibilizando a atividade por si exercida com todo o conjunto destas normas. Em 2020 foi preparado a segunda atualização para o período regulatório referente a 2019-2038 (Orçamento 2021).

Continuando a linha de CDR sem funcionar, face ao insucesso deste material no mercado, mas com o funcionamento pleno da UTMB e, bem assim, como das atividades do empreendimento conjunto com os restantes parceiros do Alentejo, ao que se deve naturalmente acrescentar o numeroso conjunto de ações em curso, lançadas em 2018, 2019 e 2020, como a recolha porta-a-porta de biorresíduos e multimaterial e aquisição de sensores para ecopontos, a implementação de um sistema de recolha seletiva de resíduos perigosos, o aumentar a capacidade de armazenamento de resíduos e a promoção da compostagem comunitária e doméstica.

Os resultados do período expressam bem a dinâmica de realizações, continuando a manter um relevante quadro de equilíbrio económico e financeiro da entidade.

Os resultados do período, acompanharam, então, o importante aumento de rendimentos operacionais, em 8,8%, em valor superior ao aumento dos gastos operacionais, em que estes registaram um aumento de 5,5%.

Com efeito e, quanto aos rendimentos do período, o volume de negócios registou um crescimento de 9%, mais 459 mil euros, aumento superior ao verificado em 2019 e comparativamente com 2018. Com as vendas de mercadorias a registaram um aumento de 120 mil €, mais 9,9% face ao exercício precedente, e as prestações de serviços com mais 339 mil euros, mais 8,7%.

O resultado líquido do período, proporcionando uma rentabilidade líquida sobre o volume de negócios de 7,05% e assegura uma rentabilidade aos capitais próprios de 2,98%, suficiente para assegurar a rentabilidade esperada pelos participantes no seu capital e a remuneração dos capitais por estes investidos, a manutenção do equilíbrio económico da exploração e a manutenção da situação financeira da Gesamb; Traduzida na manutenção da sua autonomia financeira, numa diminuição do peso do seu endividamento e na manutenção de relevantes meios libertos necessários à manutenção, renovação e expansão dos capitais investidos para o cumprimento do serviço público que lhe foi confiado.

A eficiência e eficácia operacional reveladas pelas operações da Gesamb no período continuam a assegurar a sua rentabilidade num quadro de excelência do serviço público prestado, mantendo equilíbrios económicos e financeiros, revelando uma manutenção em níveis recomendados do indicador de cobertura dos gastos totais pelo rendimento totais para 109%, confirmando, no essencial, a assertividade do valor da tarifa para o exercício de 2020 em 42,50 €/tonelada.

O desempenho económico no exercício ficou então e uma vez mais marcado por crescimento sustentável do volume de negócios da entidade, e dos rendimentos operacionais, em montante suficiente para acomodar o esperado aumento de gastos, e ainda para proporcionar o aumento de rentabilidade da entidade face ao exercício precedente:

- ✓ O aumento sustentado do volume de negócio ficou a dever-se em parte à atualização do valor da tarifa, de 42,00 para 42,50 euros a tonelada RI, responsável por mais 34 mil euros na faturação da entidade tendo em conta a quantidade rececionada RI em 2020. Por outro lado, verificou-se uma redução na quantidade de RI rececionados (RSU indiferenciado mais roupas e têxteis) comparativamente com o

ano anterior, de menos 298 toneladas, conforme justificado no capítulo dedicado aos dados operacionais;

- ✓ Para o aumento do volume de negócios contribuíram ainda os valores a debitar à AMCAL e Resialentejo, de cerca de 129 mil €, pela regularização dos refugos depositados no aterro da Gesamb;
- ✓ Contribuiu também o aumento do valor de TGR debitado a terceiros, no valor de mais 100 mil euros, rubricas que no seu conjunto respondem por um aumento de 251 mil euros do crescimento do volume de negócios total da entidade, ou seja, cerca de 74% desse crescimento. Parte do aumento do valor debitado de TGR é justificado pela TGR aplicada aos refugos da AMCAL e Resialentejo, no montante de 72 mil€;
- ✓ Verificou-se um acréscimo da atividade relacionada com a receção Monstros Não Ferrosos, com mais 83 mil €, mais 52%. Acréscimo justificado nos capítulos dedicados ao relato dos dados operacional;
- ✓ O aumento no valor da venda de energia, em mais 48 mil €, mais 145%, resultado da entrada em funcionamento da Unidade de Biogás durante o 2.º semestre de 2019;
- ✓ Contribuíram, ainda, para o aumento do valor do Volume de Negócios, com significado em termos de valor absoluto, mais 120 mil euros registados em vendas de mercadorias, um aumento de 9,93% face ao período precedente;
- ✓ Ainda quanto aos rendimentos operacionais são de destacar os menos de 61 mil euros reconhecidos no período em subsídios à exploração, relacionados com o abrandamento na execução dos projetos relacionados essencialmente com a comunicação e sensibilização;
- ✓ O conjunto dos gastos operacionais registaram um aumento de 5,50%, mais 329 mil euros, voltando-se a assinalar a tendência recente de períodos anteriores, para alterações na estrutura de gastos da Gesamb, continuando a verificar-se um aumento do peso dos gastos com o pessoal em relação ao volume de Negócios, uma diminuição dos gastos de depreciação e de amortização face ao mesmo agregado, mantendo-se, no período, um importante significado do peso dos fornecimentos e serviços externos para o Volume de negócios da entidade, ainda assim inferior ao registado em 2019;
- ✓ Com efeito, os gastos com o pessoal continuam a constituir a rubrica com aumentos mais relevantes, mais 210 mil euros, um aumento de 13% face ao período precedente. Assumem significado as alterações legislativas verificadas com o orçamento de estado para 2018 que viabilizaram não apenas a atualização das tabelas salariais, como ainda as progressões nas carreiras há muito congeladas, num quadro de sustentabilidade económica, de promoção e qualificação dos trabalhadores, sempre acompanhado com os sindicatos do setor, viabilizando a entrada em vigor no exercício de 2018 do acordo de empresa celebrado, acontecimentos que continuaram a ter efeitos no período de 2020. Acresce, ainda, o aumento de 95 para 102 do número médio de trabalhadores da Gesamb, fator essencial ao aumento e qualificação dos serviços por esta prestados;
- ✓ Quanto aos fornecimentos e serviços externos, registaram no período uma ligeira redução de 8 mil euros, menos 0,46% face ao período precedente. No período, em Conservação e reparação, registou-se, um aumento de 70 mil euros, mais 14% que no período precedente. No entanto, destaca-se que esta rubrica inclui 180 mil € de conservação do aterro (selagem), valor refletido nas reversões de provisões. Por outro lado, esta rubrica registou em 2019 o valor mais elevado dos cinco anos anteriores. Também em Trabalhos especializados foi registado um aumento relevante, com mais 66 mil euros, mais 40% que no período precedente. Aqui por força do valor debitado pela AMCAL, de 65 mil €, pela utilização da UTMB de Évora para processamento de embalagens do ecoponto amarelo. Verificam-se ainda aumentos com maior relevância nas rubricas de seguros e vigilância e segurança, com mais 11 mil € e 9 mil € respetivamente. Tal como se verificou em 2019 e contrariando tendências de períodos precedentes, não se registaram agravamentos no período em combustíveis, nos quais se registou uma quebra de cerca de 40 mil euros, menos 10 %. Em gastos com a eletricidade, no período, voltou-se a

mm ✓
milo
US

registar nova quebra no seu valor, menos 8 mil euros, ou seja, menos 7%. No conjunto dos fornecimentos e serviços externos, 6 rubricas continuam a representar no seu conjunto um valor muito significativo do total daqueles (89%), sendo elas Conservação e reparação, 34% dos FSE, Combustíveis, 22% dos FSE, Trabalhos especializado, 14% dos FSE, Eletricidade, 7% dos FSE, Seguros, 7% dos FSE, e Vigilância e segurança, 6% dos FSE.

- ✓ No período são registados menos 10% de *Gastos e perdas de financiamento*, consequência da evolução dos planos de liquidação dos empréstimos específicos contratados para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO, BALANÇO FUNCIONAL E EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Quadro 10 – Demonstração de Resultados por natureza

RUBRICAS	Realizado			
	2020	2019	Desvio	
Vendas e serviços prestados	5 573 818,25	5 115 104,03	458 714,22	8,97%
Subsídios à exploração	45 661,21	106 341,62	-60 680,41	-57,06%
Variação nos inventários da produção	3 186,73	34 239,63	-31 052,90	-90,69%
Fornecimentos e serviços externos	-1 710 165,97	-1 718 035,69	7 869,72	-0,46%
Gastos com pessoal	-1 881 987,70	-1 671 952,11	210 035,59	12,56%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-4 185,67	-64 023,94	59 838,27	-93,46%
Provisões (aumentos/reduções)	179 840,50	5 439,60	174 400,90	3206,13%
Outros rendimentos e ganhos	1 060 257,97	1 051 552,59	8 705,38	0,83%
Outros gastos e perdas	-1 027 991,15	-818 044,49	-209 946,66	25,66%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 238 434,17	2 040 621,24	197 812,93	9,69%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 672 076,54	-1 698 693,63	26 617,09	-1,57%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	566 357,63	341 927,61	224 430,02	65,64%
Juros e gastos similares suportados	-44 735,00	-49 593,98	4 858,98	-9,80%
Resultado antes de impostos	521 622,63	292 333,63	229 289,00	78,43%
Imposto sobre rendimento do período	-128 500,25	-76 523,38	-51 976,87	67,92%
Resultado líquido do período	393 122,38	215 810,25	177 312,13	82,16%

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 393 mil euros, proporcionando uma rentabilidade aos capitais próprios da entidade de 2,98%, valor superior, à rentabilidade média verificada entre 2014 e 2019. Invertendo a situação que se vinha a verificar desde 2015 de forte compressão à remuneração aos capitais investidos pelos sócios, nos termos por estes ajustados no contrato de gestão delegada.

Depois de ter verificado três exercícios consecutivos com aumento no seu volume de negócios, entre 2014 e 2016, em 2017 registou uma quebra de 4,72% face a 2016. Sendo que entre 2018 e 2020 volta a registar um aumento de 14,18%, 8,49% e 8,97% respetivamente. Combinando, em 2020, uma ligeira subida, de 9,93%, nas vendas de mercadorias e produtos e de 8,67% nas prestações de serviços.

Considerando a variação nos inventários da produção e, por outro lado, o aumento registado no volume de negócios, o valor da variação da produção no período foi de mais 428 mil euros, superior ao aumento de 210 mil euros registado em consumos intermédios com fornecimentos e serviços externos, resultando numa maior margem de contribuição para a cobertura dos gastos fixos de 218 mil euros.

O aumento verificado nos gastos fixos, em cerca de 420 mil euros, para o qual contribuíram os gastos com pessoal e Outros em partes iguais, contribuíram, em conjunto com o ligeiro aumento de rendimentos verificado nos Outros rendimentos em 9 mil euros, para em conjunto com o aumento da margem de contribuição, para uma melhoria de 198 mil euros dos Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos os quais, registam, assim, no período, um aumento de 9,7% face ao período anterior.

A ligeira diminuição dos Gastos/reversões de depreciação e de amortização, com menos 27 mil euros do que o valor registado no período precedente, menos 1,6%, no momento em que já se encontram em uso todos os ativos do empreendimento conjunto com os restantes parceiros do Alentejo, colocam o resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) em 566 mil euros, mais 224 mil euros, mais 65,64% que o montante registado no período precedente.

mm
mm
15

Igualmente no período verifica-se uma ligeira diminuição dos juros e gastos similares suportados, com menos 5 mil euros (-9,8%), consequência da evolução dos planos de liquidação dos empréstimos específicos contratados para o financiamento da contrapartida nacional da UTMB.

O resultado antes de imposto totaliza 522 mil euros, mais 229 mil euros face ao verificado no período precedente, arrastando um aumento do valor dos gastos com imposto do período, mais 52 mil euros, e num resultado do período final superior em 177 mil euros, mais 82%.

Quadro 11 – Resultado das Operações

Resultado das operações	2020			2019		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2019	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2018
Volume de negócios	5 573 818,25 €	458 714,22 €	8,97%	5 115 104,03 €	400 193,81 €	8,49%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1 105 919,18 €	51 975,03 €	-4,49%	1 157 894,21 €	55 435,20 €	5,03%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	2 238 434,17 €	197 812,93 €	9,69%	2 040 621,24 €	30 224,30 €	1,50%
EBITDA	1 126 268,61 €	-15 804,53 €	-1,38%	1 142 073,14 €	55 607,94 €	5,12%
VAB	3 912 500,22 €	374 850,63 €	10,60%	3 537 649,59 €	265 602,36 €	8,12%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1 672 076,54 €	-26 617,09 €	-1,57%	1 698 693,63 €	-22 733,72 €	1,32%
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO)	566 357,63 €	224 430,02 €	65,64%	341 927,61 €	52 958,02 €	18,33%
Resultados financeiros	44 735,00 €	-4 858,98 €	-9,80%	49 593,98 €	-40 918,42 €	-45,21%
Resultado antes de imposto (RAI)	521 622,63 €	229 289,00 €	78,43%	292 333,63 €	93 876,44 €	47,30%
Imposto sobre rendimento do período	128 500,25 €	51 976,87 €	67,92%	76 523,38 €	5 433,82 €	7,64%
Resultado líquido do período	393 122,38 €	177 312,13 €	82,16%	215 810,25 €	88 442,62 €	69,44%

O aumento de cerca 459 mil euros no volume de negócios no exercício, acompanhado da redução da variação de produção com menos 31 mil € face ao verificado no exercício precedente, e bem assim como a redução de 8 mil € em consumos intermédios (fornecimentos e serviços externos), determinam a manutenção da margem de comercialização, em 69,38%.

Quadro 12 – Evolução da Atividade

Evolução da atividade	2020			2019		
	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2019	Quantias	Δ em valor	Δ face a 2018
Volume de negócios	5 573 818,25 €	458 714,22 €	8,97%	5 115 104,03 €	400 193,81 €	8,49%
Margem bruta – Valor	3 866 839,01 €	435 531,04 €	12,69%	3 431 307,97 €	219 805,59 €	6,84%
Margem bruta - %	69,38%	2,29%	3,42%	67,08%	-1,03%	-1,51%
Resultado operacional	566 357,63 €	224 430,02 €	65,64%	341 927,61 €	52 958,02 €	18,33%

(valores expressos em euros)

A natureza essencialmente fixa dos gastos da Gesamb, em particular dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal, revela a sensibilidade dos resultados económicos não só a uma variação do volume de produção, como igualmente aos ajustamentos do nível dos seus gastos. Neste caso, mesmo com um aumento significativo nos gastos com o pessoal e, por outro lado, uma ligeira redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos verificou-se uma variação positiva no resultado operacional face ao ano anterior.

É neste contexto que o resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI), revela um aumento de mais 197 mil € (9,69%) em relação ao exercício de 2019 e o resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (RO) com um aumento de 224 mil € (66%) e o resultado antes de imposto (RAI) com um aumento de 229 mil € (78%) em relação a 2019, acompanhando, então, a melhoria verificada no volume de negócios e as ligeiras melhorias verificadas em outros rendimentos e em fornecimentos e serviços externos que bem acomodaram os aumentos verificados nos gastos de exploração no período.

À melhoria verificada nos agregados financeiros não foi acompanhada com o aumento dos meios libertos de exploração que se mantiveram, no exercício, no valor de 1.126 mil euros, menos 16 mil euros que os valores verificados no exercício de 2019, valor ainda assim, relevante e do maior significado face às necessidades de manutenção e renovação dos ativos da Gesamb, aquém, porém, à média deste agregado verificada nos exercícios de 2014 a 2018 de cerca 1,38 milhão de euros mas revelando uma rentabilidade de 20,21%.

Quadro 13 – Indicadores de Produtividade

INDICADORES PRODUTIVIDADE	2016	2017	2018	2019	2020
VAB	3 070 116,09 €	2 757 688,41 €	3 272 047,23 €	3 537 649,59 €	3 912 500,22 €
Número médio de trabalhadores	72	80	93	94	102
Ativo fixo	16 861 602,92 €	15 493 504,90 €	14 848 735,65 €	14 184 299,08 €	13 103 658,89 €
Ativo fixo em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	90 476,84
Produtividade do trabalho	42 640,50 €	34 471,11 €	35 183,30 €	37 634,57 €	38 357,85 €
Produtividade do capital	18%	18%	22%	25%	30%
VAB / Produção	70,06%	66,93%	70,07%	68,70	70,15%

O aumento do Valor Acrescentado Bruto verificada no exercício, com mais 375 mil euros, acompanha o aumento do valor da produção e o menor aumento dos gastos intermédios. Com este relevante aumento, o seu valor situa-se nos níveis verificados no exercício de 2016 e, mesmo face ao aumento de emprego verificado, tal representou um aumento do seu valor por trabalhador superior ao verificado nos períodos precedentes (desde 2017). A relação do VAB com o capital investido aumentou significativamente relativamente a exercícios anteriores, face à diminuição dos ativos fixos por força do decurso do tempo e das depreciações reconhecidas e ao aumento do valor do VAB.

Quadro 14 – Análise do Equilíbrio Financeiro

ANÁLISE DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO	2016	2017	2018	2019	2020
Capitais Permanentes	23 465 351,79 €	22 964 942,79 €	20 421 550,46 €	19 926 293,94 €	19 475 532,11 €
Ativo Fixo	16 914 655,87 €	15 560 379,73 €	14 903 745,12 €	14 245 150,45 €	13 233 799,41 €
FUNDO DE MANEIO LÍQUIDO	6 550 695,92 €	7 404 563,06 €	5 517 805,34 €	5 681 143,49 €	6 241 732,70 €
Necessidades Cíclicas	1 574 977,28 €	2 806 235,04 €	2 829 361,71 €	2 667 328,21 €	3 193 423,97 €
Recursos Cíclicos	985 214,79 €	1 429 083,33 €	2 378 016,52 €	2 018 007,23 €	2 347 869,95 €
NECESSIDADES FUNDO DE MANEIO	589 762,49 €	1 377 151,71 €	451 345,19 €	649 320,98 €	845 554,02 €
Tesouraria Ativa	6 745 095,16 €	6 447 658,23 €	5 191 831,88 €	5 162 085,00 €	5 531 522,71 €
Tesouraria Passiva	784 161,73 €	420 246,88 €	125 371,73 €	130 262,49 €	135 344,03 €
TESOURARIA LÍQUIDA	5 960 933,43 €	6 027 411,35 €	5 066 460,15 €	5 031 822,51 €	5 396 178,68 €

A conclusão em 2015 do ciclo de investimentos da entidade em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, interromperam, a partir de 2016 os fortes crescimentos em ativos fixos até então verificados. No período, os ativos fixos decrescem 1.081 mil euros, acomodando, entre outros, os 585 mil euros de investimentos realizados pela entidade e 1.665 mil euros de depreciações no exercício reconhecidas.

Os capitais permanentes registaram uma diminuição de 451 mil €, dos quais 135 mil € por força da diminuição do passivo financeiro de médio e longo prazo associado ao empréstimo BEI contratados para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb, 180 mil € pela utilização da provisão da selagem do aterro e 136 mil € associados à diminuição de capitais próprios e outras dívidas a pagar associados ao reconhecimento no período de subsídios para o investimento.

A variação de fundo de maneiio líquido é, por esse facto de, mais 561 mil €, colocando o fundo de maneiio líquido da Gesamb em 6,242 milhões de €. A variação verificada em 2020 face a 2019 vai de encontro à tendência verificada nos últimos anos, com exceção de 2018 que comparativamente a 2017 teve uma variação negativa.

*mit
mit
B*

A variação positiva do fundo de maneiio líquido foi, porém, acompanhada de uma variação positiva de 196 mil € nas necessidades de fundo de maneiio, na qual tiveram significado o aumento dos recursos cíclicos para os cerca de 2,348 milhões de €, muito por força da variação registada em fornecedores e diferimentos.

A Gesamb continua a funcionar com tesourarias líquidas positivas, sendo que estas registaram um aumento no exercício de 364 mil €, passando de 5,032 para 5,396 milhões de €.

Quadro 15 – Indicadores Financeiros e de Liquidez

INDICADORES FINANCEIROS	2016	2017	2018	2019	2020
Autonomia Financeira	55,33%	55,96%	58,90%	60,01%	60,13%
Solvabilidade Total	123,85%	127,08%	143,33%	150,08%	150,83%
Endividamento Total	80,74%	78,69%	69,77%	66,63%	66,30%
Endividamento ML Prazo	68,07%	65,37%	51,23%	50,42%	47,50%

INDICADORES DE LIQUIDEZ	2016	2017	2018	2019	2020
Liquidez Geral	470,23%	500,39%	320,41%	364,45%	351,36%
Liquidez Reduzida	463,13%	494,12%	317,59%	359,57%	351,36%

A necessidade de recurso a capitais alheios para o financiamento do ciclo de investimentos da Gesamb, cuja contratação foi realizada em condições de reembolso ajustadas aos meios libertos esperados pelo próprio projeto, representaram um agravamento dos indicadores de solvabilidade e de endividamento, nos exercícios de 2012 e 2013.

No exercício de 2014 e de 2015, ainda com o prazo carência do empréstimo contratado junto do BEI, mas já a amortizar o empréstimo contratado ao Santander Totta, verifica-se uma melhoria nestes indicadores, bem assim como da autonomia financeira que ultrapassou novamente os 50%.

No período de 2016 voltaram-se a registar melhorias expressivas em todos os indicadores da estrutura de capitais, uma vez mais devido à conclusão do ciclo de investimentos em novas tecnologias para o tratamento de resíduos, com a estabilização dos valores dos ativos líquidos da entidade, a par do reembolso dos empréstimos contratados para o seu financiamento, num quadro de um desempenho equilibrado com rentabilidade adequadas ao crescimento dos capitais investidos na entidade.

No exercício de 2017, com as rentabilidades registadas, inferiores às historicamente registadas, e o avanço no pagamento dos empréstimos contratados, contribuíram para ligeiras melhorias dos indicadores financeiros e de liquidez.

No exercício de 2018, com o aumento da rentabilidade face ao período anterior, associada a amortização parcial antecipada de 2 milhões de euros do empréstimo BEI, contribuíram para melhorias expressivas dos indicadores financeiros e para a compressão dos indicadores de liquidez. Trajetória semelhante é a verificada em 2019 e 2020.

DESEMPENHO ECONÓMICO E PRINCIPAIS INDICADORES

Com um desempenho económico equilibrado, um aumento do volume de negócios e de rendimentos superior aos gastos operacionais, registou-se uma melhoria dos indicadores de rentabilidade, alterando, ainda a estrutura de gastos de exploração.

Quadro 16 – Indicadores Económicos

INDICADORES ECONÓMICOS	2016	2017	2018	2019	2020
Taxa de Crescimento do Negócio	12,94%	-4,72%	14,18%	8,49%	8,97%
Eficiência Operacional	9,33%	6,12%	6,13%	6,68	10,16%
Margem Operacional das Vendas	69,56%	66,64%	69,08%	66,41%	69,32%
Rentabilidade Líquida das Vendas	3,92%	1,77%	2,70%	4,22%	7,05%

A eficiência operacional, com 10,16%, melhora significativamente face aos períodos precedentes.

Após a função financeira e os impostos sobre o rendimento do exercício, a rentabilidade líquida final sobre o volume de negócios registou uma melhoria, para 7,05%.

Quadro 17 – Indicadores Económicos

	2016	2017	2018	2019	2020
Rendimentos operacionais	5 479 749,67 €	5 260 443,88 €	5 817 369,23 €	6 312 677,47 €	6 862 764,66 €
Gastos operacionais	5 075 349,44 €	5 007 671,03 €	5 528 399,64 €	5 970 749,86 €	6 296 407,03 €
Resultado Operacional	404 400,23 €	252 772,85 €	288 969,59 €	341 927,61 €	566 357,63 €
RO / GO	107,968%	105,048%	105,23%	105,73%	108,99%

Os rendimentos operacionais da Gesamb registaram em 2020 um aumento de 8,71%, para 6,863 milhões €, mais 550 mil € que os valores reconhecidos no exercício de 2019.

Verificam-se variações positivas relativamente significativas no volume de negócios, mais 459 mil € e em outros rendimentos e ganhos, mais 9 mil €, que respondem pelo essencial da variação dos rendimentos operacionais.

Dos 6,863 mil € de rendimentos constituem agregados mais relevantes os 81% de rendimentos provenientes de vendas e prestações de serviços e os 937 mil € (14%) provenientes da imputação no exercício de subsídios para investimentos.

O peso da imputação de subsídios para investimento nos ganhos operacionais no exercício de 13,65%, registou uma redução relativamente ao exercício precedente que era de 15,16%, valor que era de 15,75% em 2011, 14,82% em 2012, 17,20% em 2013 e 17,34% em 2014. A trajetória decrescente que se vinha verificando em exercícios anteriores foi, no exercício de 2013, contrariada, derivada da diminuição no volume de negócios e do início em 2014 do reconhecimento dos rendimentos com os subsídios destinados aos novos ativos decorrentes do ciclo de investimentos concluído no período com as UTMB e de CDR.

mm
nick
US

Quadro 18 – Estrutura de Gastos

INDICADORES ECONÓMICOS - ESTRUTURA GASTOS	2016	2017	2018	2019	2020
Peso CMVMC no VN	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Peso FSE no VN	30,44%	33,36%	30,92%	33,59%	30,68%
Peso Gastos com o pessoal no VN	25,72%	29,48%	31,24%	32,69%	33,76%
Peso Imparidades no VN	4,40%	0,18%	0,07%	1,25%	0,08%
Peso Provisões no VN	0,00%	-0,09%	-0,09%	0,11%	-3,23%
Peso Outros gastos no VN	15,52%	16,00%	17,46%	15,99%	18,44%
Peso gastos depreciação e de amortização no VN	41,02%	42,02%	36,51%	33,21%	30,00%
Peso Juros e gastos similares suportados no VN	3,72%	3,56%	1,92%	0,97%	0,80%

As perdas operacionais conheceram no período um aumento de 326 mil €, situando-se nos 6,296 milhões €, mais 5% relativamente a 2019.

Como já assinalado, o desempenho da entidade regista um relevante crescimento do volume de negócios, suficiente para acomodar o aumento dos gastos operacionais, em particular os registados com o aumento dos gastos com o pessoal, bem assim como para proporcionar um aumento de rentabilidade no desempenho do período face ao período precedente.

Os Fornecimentos e serviços externos, com uma execução de menos 8 mil € no seu conjunto comparativamente com 2019, representam 30,68% do volume de negócios, menos 2,91%, abaixo da média de 32,13% dos períodos de 2013-2018.

Com um total de 1,710 milhões €, registaram agravamento com relevância em Fornecimentos e serviços externos, os gastos com conservações e reparações (mais 71 mil €, + 14%), trabalhos especializados (mais 67 mil €, +14%), seguros (mais 11 mil €, +10%) e vigilância e segurança (mais 9 mil €, +9%). Por outro lado, os gastos com combustíveis e eletricidade registaram reduções de menos 40 mil € (-10%) e menos 8 mil € (-7%) respetivamente.

Os Gastos com o pessoal, depois de terem registado aumento significado sobre o volume de negócios a partir dos exercícios de 2012 e 2013, voltam a partir de 2017 a registar um aumento do peso, representando agora 33,76%. Com uma massa salarial superior em 210 mil euros (+13%) à registada no exercício precedente, os gastos com o pessoal representam cerca de 1/3 do volume de negócios da Gesamb, mais 1,08% do peso que representavam no exercício de 2019.

Em Outros gastos e perdas, com um aumento do seu valor no exercício, influenciado pelo valor de TGR não repercutível (92 mil €) relativa ao exercício de 2019, aumenta o seu peso relativo sobre o volume de negócios, com 18,44%, mais 2,45% do valor registado no exercício de 2019. Constituem gastos com maior relevância o valor reconhecido pela Taxa de Gestão de Resíduos, no montante de 643 mil euros, prevista no Decreto-Lei nº 178/2006, e a qual representa 63% do total destes gastos com o valor no exercício de 1,028 milhões €.

São ainda relevantes, nesta rubrica, o montante de 113 mil € de compensações reconhecidas aos Municípios Utilizadores com distâncias ao ponto de receção de resíduos do sistema superiores à média, compensação a atribuir de acordo com instruções da entidade delegatária e ainda a Taxa da Lei nº 34/2015 com o valor reconhecido de 99 mil euros.

Os Impostos indiretos são responsáveis por 1,31% dos gastos reconhecidos nesta rubrica.

Relativamente aos restantes gastos aqui reconhecidos, nomeadamente outras taxas e quotizações, os valores da execução de 2020 acompanharam os valores já registados nos exercícios precedentes.

1002
 1002
 1002

RESULTADOS DO EXERCÍCIO E CONTROLO ORÇAMENTAL

Quadro 19 – Execução do Orçamental

RUBRICAS	2020			
	Previsão	Realização	Desvio	
Vendas e serviços prestados	5 405 254,24 €	5 573 818,25 €	168 564,01 €	3,12%
Subsídios à exploração	112 719,97 €	45 661,21 €	- 67 058,76 €	-59,49%
Variação nos inventários da produção	33 144,18 €	3 186,73 €	- 29 957,45 €	-90,39%
Fornecimentos e serviços externos	- 1 713 990,36 €	- 1 710 165,97 €	3 824,39 €	-0,22%
Gastos com pessoal	- 1 906 313,00 €	- 1 881 987,70 €	24 325,30 €	-1,28%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	- 4 185,67 €	- 4 185,67 €	- €
Provisões (aumentos/reduções)	- €	179 840,50 €	179 840,50 €	- €
Outros rendimentos e ganhos	1 087 549,52 €	1 060 257,97 €	- 27 291,55 €	-2,51%
Outros gastos e perdas	- 719 210,78 €	- 1 027 991,15 €	- 308 780,37 €	42,93%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 299 153,77 €	2 238 434,17 €	- 60 719,60 €	-2,64%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 1 897 682,72 €	- 1 672 076,54 €	225 606,18 €	-11,89%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	401 471,05 €	566 357,63 €	164 886,58 €	41,07%
Juros e gastos similares suportados	- 45 165,05 €	- 44 735,00 €	430,05 €	-0,95%
Resultado antes de impostos	356 306,00 €	521 622,63 €	165 316,63 €	46,40%
Imposto sobre rendimento do período	- 80 169,00 €	- 128 500,25 €	- 48 331,25 €	60,29%
Resultado líquido do período	276 137,00 €	393 122,38 €	116 985,38 €	42,36%

O desempenho económico do exercício de 2018 afastou-se ligeiramente das previsões dos documentos do plano de negócios da Gesamb. O conhecimento mais real da estrutura de custos associada à UTMB permitiu que os desvios em 2019 relativamente ao previsto fossem menores relativamente ao que se tinha verificado nos anos anteriores. Já em 2020 verifica-se um desempenho económico superior ao previsto.

Para os Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, com um desvio negativo de 60 mil €, menos 2,64% face às previsões, são relevantes os desvios verificados em vendas de mercadorias e produtos, e nos outros rendimentos, quanto aos rendimentos estimados, e em outros gastos e perdas e imparidades de dívidas a receber, quanto aos gastos, desvios que resultam numa variação negativa 313 mil euros.

Quanto aos Fornecimentos e serviços externos, registam-se desvios positivos com maior relevância na execução do período quanto a publicidade (menos 113 mil €, menos 83%), relacionado com a baixa execução das campanhas de sensibilização e comunicação, previstas no Plano da Ação da Gesamb submetidas a candidaturas, cuja execução ficou comprometida pela pandemia de COVID-19, combustíveis (menos 69 mil €, -16%), eletricidade (menos 46 mil €, -29%), trabalhos especializados (menos 15 mil €, -6%). Com desvios negativos sobressaem as conservações e reparações (mais 268 mil €, +89%), com destaque para os 180 mil € registados em conservações do aterro (selagens), e em vigilância e segurança (mais 13 mil €, +6%).

Em relação a outros gastos e perdas, dos 1,028 milhões € totais, têm significado os mais 201 mil € reconhecidos no período face às previsões relativamente a taxas, nomeadamente TGR, por força dos refugos da parceria depositados em aterro.

Em outros rendimentos e ganhos, com menos 27 mil €, têm relevância as imputações de subsídios decorrente da execução dos projetos previstos no Plano de Ação.

Foi, ainda, nas vendas de mercadorias e produtos e nas prestações de serviços que se registaram expressivos desvios para as previsões iniciais, com mais 139 mil euros. Menos 248 mil euros (-16%) em vendas de mercadorias, e mais 416 mil € em prestação de serviços, aqui muito por força do maior valor do débito a terceiros pela entrega

*mir
milit
US*

de monstros não ferrosos e pelos valores cobrados no âmbito da parceria. Em vendas estas ficaram em 84% do estimado, com um desvio negativo de menos 248 mil euros, para o qual contribuiu a suspensão da receção e tratamento de resíduos na UTMB durante o estado de emergência devido à COVID-19, nomeadamente no período compreendido entre 18 de março a 1 de junho.

Verifica-se também um desvio considerável na rubrica de provisões, mais 180 mil €. Registam-se ainda 4 mil € em perdas por imparidade em dívidas a receber.

Depois dos Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, registaram-se desvios positivos nos Gastos/reversões de depreciação e de amortização e em Juros e gastos similares suportados. Já na rubrica de Imposto sobre rendimento do período o desvio negativo, de mais 48 mil €.

Quadro 20 – Fornecimentos e Serviços Externos

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2020		
	Previsão	Realização	Desvio
Subcontratos	45 000,00 €	38 084,96 €	- 6 915,04 € -15,37%
Trabalhos especializados	248 831,73 €	233 406,22 €	- 15 425,51 € -6,20%
Publicidade e propaganda	136 280,00 €	23 423,17 €	- 112 856,83 € -82,81%
Vigilância e segurança	87 000,00 €	99 708,83 €	12 708,83 € 14,61%
Honorários	8 000,00 €	8 214,54 €	214,54 € 2,68%
Conservação e reparação	319 200,00 €	586 798,28 €	267 598,28 € 83,83%
Serviços Bancários	4 000,00 €	1 910,02 €	- 2 089,98 € -52,25%
Outros	- €	9 196,08 €	9 196,08 € -
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	11 900,00 €	14 491,48 €	2 591,48 € 21,78%
Livros e documentação técnica	500,00 €	99,06 €	- 400,94 € -80,19%
Material de escritório	6 400,00 €	6 923,16 €	523,16 € 8,17%
Artigos para oferta	500,00 €	- €	- 500,00 € -100,00%
Outros materiais	- €	6 418,28 €	6 418,28 € -
Eletricidade	160 800,00 €	114 760,09 €	- 46 039,91 € -28,63%
Combustíveis	442 680,00 €	373 321,80 €	- 69 358,20 € -15,67%
Água	5 100,00 €	2 682,31 €	- 2 417,69 € -47,41%
Outros Energia e Fluidos	38 000,00 €	33 186,69 €	- 4 813,31 € -12,67%
Deslocações e estadas	2 300,00 €	442,80 €	- 1 857,20 € -80,75%
Transportes de mercadorias	100,00 €	- €	- 100,00 € -100,00%
Outros Deslocações e Estadas	2 600,00 €	545,96 €	- 2 054,04 € -79,00%
Rendas e alugueres	5 998,63 €	1 654,51 €	- 4 344,12 € -72,42%
Comunicação	21 000,00 €	18 049,44 €	- 2 950,56 € -14,05%
Seguros	122 000,00 €	117 233,08 €	- 4 766,92 € -3,91%
Contencioso e notariado	600,00 €	549,00 €	- 51,00 € -8,50%
Despesas de representação	100,00 €	9,27 €	- 90,73 € -90,73%
Limpeza, higiene e conforto	21 600,00 €	15 551,06 €	- 6 048,94 € -28,00%
Outros serviços	23 500,00 €	3 505,88 €	- 19 994,12 € -85,08%

POLÍTICA DE PREÇOS

De acordo com o contrato de gestão delegada, as tarifas da Gesamb deverão ser fixadas por forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico-financeiro da exploração e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da exploração.

Constituem, por esse facto, elementos e necessidades a atender para a sua determinação:

- ✓ Assegurar o bom estado de funcionamento, conservação e segurança de todos os ativos afetos à exploração;
- ✓ Assegurar a depreciação e amortização tecnicamente exigida dos ativos afetos à exploração e de novos investimentos de expansão, modernização ou substituição incluídos em planos de investimento;
- ✓ Atender ao nível de gastos necessários para uma gestão eficiente do sistema, líquidos de rendimentos provenientes da venda de materiais e produtos, bem assim como de subsídios à exploração e ao investimento imputáveis a cada período;
- ✓ Atender aos encargos financeiros decorrentes da contratação de capitais alheios, bem assim como os decorrentes de garantias e avais prestados;
- ✓ Atender à fiscalidade sobre o rendimento e sobre o património, bem assim como a outras taxas e contribuições devidas legalmente pelo exercício da atividade;
- ✓ Assegurar a constituição e manutenção das reservas legais estatutárias;
- ✓ Assegurar a remuneração dos capitais próprios da Gesamb.

O plano de negócios da Gesamb justificou que em consequência da entrada em funcionamento da Unidade de TMB, se registariam alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao funcionamento que se vinha verificando até ao exercício de 2013, com inevitáveis consequências no aumento da tarifa de equilíbrio para o valor de 42,50 euros.

Porém, ganhos de eficiência e eficácia verificados na exploração da Gesamb nos exercícios de 2014 e 2016, a par com o diferimento da entrada em funcionamento pleno das Unidade de TMB e de CDR face ao inicialmente esperado, revelaram execuções orçamentais com desvios financeiros relevantes face às estimativas, que justificaram a manutenção do valor da tarifa efetiva aos Utilizadores do Sistema durante os exercícios de 2014 a 2016 em 35,10 euros.

Em 2017, propôs-se a revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária, reconhecendo o aumento de gastos de exploração.

Em 2018, como o aumento de gastos resultante da revisão ao plano de negócios para esse exercício, justificou-se nova revisão intercalar da tarifa, para o último ano do período quinquenal. Nestes termos, propôs-se para 2018 o valor da tarifa para a receção e tratamento de RU ou equiparados entregues pelos municípios utilizadores do sistema para 40,00€/tonelada.

Em 2019, com o objetivo de garantir o valor médio de 43,00 euros em todo período regulatório, procurando afastar as oscilações tarifárias em cada ano, proporcionando uma estabilidade no seu crescimento, propôs-se para 2019 o valor da tarifa para a receção e tratamento de RU ou equiparados entregues pelos municípios utilizadores do sistema para 42,00€/tonelada.

Em 2020, considerando que as alterações registadas na tarifa de equilíbrio para os 4 exercícios seguintes do primeiro período regulatório não se afastavam em mais de 6% dos valores do plano inicial, o valor da tarifa para a receção e tratamento de RU ou equiparado foi fixado em 42,50€/tonelada.



Com a tarifa praticada de 42,50€/tonelada, a rentabilidade final da entidade no fim do período assegura a remuneração acionista por estes acordada.

Quadro 21 – Tarifa de RU

	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Tarifa de RU	35,10 €	35,10 €	36,50 €	40,00 €	42,00€	42,50 €
Aumento relativo ao ano anterior	0,00%	0,00%	3,99%	9,59%	5,00%	1,19%

Quadro 22 – Tarifa, Valor a recuperar

TARIFA	2017	2018	2019	2020
Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-3 259 265,43 €	-3 761 523,47 €	-4 266 616,63 €	-4 444 489,99 €
Em FSE	-1 377 647,99 €	-1 457 959,02 €	-1 718 035,69 €	-1 710 165,97 €
Em Gastos com o pessoal	-1 217 335,77 €	-1 472 848,70 €	-1 671 952,11 €	-1 881 987,70 €
Em Imparidades e Provisões (aumentos/reduções)	-3 684,22 €	-7 615,15 €	-58 584,34 €	175 654,83 €
Em outros gastos e perdas	-660 758,49 €	-823 100,60 €	-818 044,49 €	-1 027 991,15 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 734 996,43 €	-1 721 427,35 €	-1 698 693,63 €	-1 672 076,54 €
Subsídios a fundo perdido	993 109,30 €	973 901,05 €	957 132,44 €	936 510,73 €
Gastos com juros e gastos similares suportados	-147 013,63 €	-90 512,40 €	-49 593,98 €	-44 735,00 €
Gastos com Imposto sobre rendimento do período	-32 509,03 €	-71 089,56 €	-76 523,38 €	-128 500,25 €
Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa	131 1710,85 €	1 484 875,85 €	1 670 446,95 €	1 878 162,15 €
Rendimentos da recuperação da TGR	403 841,80 €	483 137,27 €	543 148,71 €	643 064,54 €
Outros rendimentos e ganhos a abater na tarifa	124 634,08 €	83 109,14 €	235 001,40 €	172 595,18 €
Remuneração acionista	-52 700,00 €	-131 100,00 €	-314 800,00 €	-323 100,00 €
Valor a recuperar	-2 393 349,53 €	-2 697 057,04 €	-3 000 498,12 €	-2 982 569,18 €
Volume de atividade	66 138	68 815	68 705	68 806,39
Valor da tarifa	36,19 €	39,97 €	43,67 €	43,35 €

A tarifa de equilíbrio real, avaliada pelo desempenho histórico, e para o volume de atividade do exercício, contraria a tendência que se verificou nos três anos anteriores, em que se tinha verificado subidas relativamente ao exercício precedente. Situando-se no ano de 2020 em 43,35€, valor inferior, em 0,52€, ao registado em 2019, mas ainda assim superior ao registado entre 2016 e 2018.

Os Gastos operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, registaram um aumento de 179 mil euros o que representa uma variação negativa na tarifa média de 2,60 €. Aqui, assumem relevância, o aumento dos gastos com o pessoal, com mais 211 mil euros, os quais representam um impacto na tarifa de 3,06 euros, e o aumento em outros gastos e perdas de 210 mil euros, com um impacto na tarifa de 3,05 euros. Por outro lado, a influenciar positivamente esta rubrica encontra-se o valor registado em reduções de provisões, com um benefício na tarifa de 3,40 euros, e o valor registos em fornecimentos e serviços externos, com menos 8 mil €, o que represente um benefício na tarifa de 0,11 euros.

Em contrapartida, o aumento verificado em *Rendimentos de venda de mercadorias e serviços prestados a abater na tarifa*, no total de 208 mil euros, representaram um benefício médio na tarifa de 3,02 euros.

O valor da tarifa de equilíbrio verificada no exercício de 43,35 €, apresenta um desvio de 1,95% para a tarifa média praticada.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

No exercício a Gesamb concretizou 663 mil € de investimentos, dos quais 584 mil € em ativos fixos tangíveis e 79 mil € em ativos intangíveis.

Os investimentos em ativos intangíveis respeitam a programas de computadores.

Em ativos fixos tangíveis a Gesamb investiu, com maior significado, 250 mil € na aquisição de 3 viaturas, uma viatura pesada para recolha seletiva, uma viatura ligeira de mercadorias para recolha de resíduos volumosos para cedência ao Município de Alandroal e uma viatura ligeira de mercadorias elétrica para recolha de orgânicos, para cedência ao Município de Évora. Foram ainda adquiridos 3 autocompactores, no valor de 43 mil €, e um piso móvel cargofloor, no valor de 29 mil €. Foram também investidos 85 mil € na melhoria da rede de biogás, nomeadamente na construção de novos poços de extração de biogás e aquisição de desumidificador para apoio à Unidade de Biogás, e 16 mil € na ampliação da zona de armazenamento de resíduos no Ecocentro de Estremoz.

Quanto aos investimentos em curso dizem respeito à construção de um contentor itinerante para receção de resíduos perigosos e ao sistema de gestão da recolha seletiva.

O quadro que se segue resume, por conta, a variação do investimento realizado em 2020, com detalhe da variação dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Quadro 23 – Resumo do Investimento

Resumo do Investimento		2020
43	Ativos fixos tangíveis	567 739,14 €
432	Edifícios e outras construções	15 950,00 €
433	Equipamento básico	266 631,40 €
434	Equipamento de transporte	250 350,23 €
435	Equipamento administrativo	9 530,03 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	25 277,48 €
44	Ativos intangíveis	4 950,00 €
443	Programas de computador	4 950,00 €
45	Investimentos em curso	90 476,84 €
453	Ativos fixos tangíveis em curso	16 852,16 €
454	Ativos fixos intangíveis em curso	73 624,68 €

EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

O ativo corrente, caixa e depósitos bancários excluídos, registaram uma variação de mais 526 mil €.

Com uma diminuição dos valores a receber de *Estado e outros entes públicos*, no montante de 85 mil euros, onde apenas se encontra reconhecido como créditos a receber o valor do IVA. Os ativos correntes registaram, porém, agravamento expressivo em *Outros créditos a receber*, com um aumento de 455 mil euros por força do aumento no período de subsídios dos fundos europeus, bem assim como ainda em clientes, com mais 113 mil euros, e em inventários, com mais 3 mil euros.

O passivo total da Gesamb, excluindo provisões, outras dívidas a pagar não correntes e diferimentos, no montante de 3,221 milhões de €, registou um aumento de 84 mil €, mais 3%.

Os passivos correntes registaram uma redução de 407 mil € e os passivos por financiamentos obtidos diminuíram 135 mil €.

A diminuição dos passivos financeiros relaciona-se com as amortizações, no exercício, do empréstimo BEI, colocando o capital em dívida deste empréstimo no termo do exercício em 1,066 milhões de €.

*m2
pink
B*

Nos passivos correntes as dívidas a fornecedores de 360 mil € registaram um aumento de mais de 75% face ao valor verificado no termo do período precedente.

Os passivos junto do Estado, no montante de 97 mil €, respeitam exclusivamente às retenções de impostos sobre rendimento, a contribuições para a segurança social, ambas referentes a dezembro, e ao montante apurado de IRC a pagar em 2021.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 393 122,38 euros.

Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício e a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado.

Acresce, que nos termos do Contrato de Gestão Delegada da Gestão e Exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Urbanos pela Gesamb – Gestão Ambiental e Resíduos, EIM, se encontra assente que “A trajetória tarifária prevista neste contrato deve permitir provisionalmente que, no decurso de cada período vinculativo, os acionistas auferam uma adequada remuneração dos capitais próprios” sendo que “é objeto de remuneração o valor do capital próprio apurado no início de cada exercício económico, deduzido do valor das reservas de reavaliação, do valor de capital social subscrito mas ainda não realizado nessa data e do valor de outras variações no capital próprio” Considera-se, por fim, que “A taxa de remuneração de referência a aplicar ao capital (...) corresponde ao valor mais recente da taxa EURIBOR a 12 meses, acrescida de prémio de risco de cinco pontos percentuais”.

Assim, e considerando as referidas disposições, bem assim como o valor da Euribor a 12 meses em 4 de janeiro de 2021 de -0,502%, propõe-se fixar a remuneração acionista nos 5,00% de prémio de risco e a seguinte aplicação dos resultados:

Quadro 24 – Resultados a Distribuir

Resultado Líquido	393 122,38 €
Reserva Legal	39 800,00 €
Outras Reservas	
Para Investimento	20 288,14 €
Para outros fins	38 034,24 €
Para Resultados transitados	0,00 €
Distribuição aos sócios	
CIMAC	177 000,00 €
Biosmart	118 000,00 €

Quadro 25 – Proposta de aplicação dos resultados

Capitais próprios no início do exercício	13 247 477,88 €
Reservas de reavaliação	0,00 €
Valor de capital social subscrito e não realizado	0,00 €
Outras variações no capital próprio	6 692 642,64 €
Total	6 554 835,24 €
Euribor + 5,00 pontos	4,498%
CIMAC	177 000,00 €
Biosmart	118 000,00 €

OUTROS

Não foram realizados negócios entre a Gesamb e os seus administradores.

A Gesamb não dispõe de sucursais.

Durante o exercício a Gesamb não realizou qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias.

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Nos termos do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 92/2010, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de gestão de resíduos urbanos, o contrato de gestão delegada celebrado entre a Gesamb e a CIMAC, deve compreender informação sobre os objetivos da empresa delegatária; a identificação das principais iniciativas de carácter estratégico a prosseguir pela Gesamb; o plano de investimentos a seu cargo; e o tarifário e a sua trajetória de evolução temporal.

A Gesamb conclui no exercício de 2018, o primeiro período regulatório após a outorga do seu contrato de gestão delegada, obrigando, por este facto, a reconhecer e preparar o novo período regulatório referente a 2019-2023, levando em consideração o quadro legal, estatutário e normativo em vigor, compatibilizando a atividade por si exercida com todo o conjunto destas normas.

No decurso do primeiro período regulatório, a Gesamb registou e assistiu a um vasto conjunto de acontecimentos subsequentes, com relevância significativa para as estimativas que suportaram o seu plano de negócios elaborado em 2014, e que sucessivamente determinaram a sua revisão e constituem o ponto de partida para a preparação do próximo ciclo regulatório.

Cabe recordar, dada a sua importância:

- ✓ A conclusão física e financeira da candidatura das Infraestruturas complementares aos TMB da Gesamb, Resialentejo e AMCAL, fechando as estimativas iniciais das componentes deste investimento;
- ✓ O início do funcionamento em pleno do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL em finais de 2015;
- ✓ A revisão, ainda não concluída e aprovada, do estudo económico e financeiro que sustenta o acordo de parceria do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL;
- ✓ A manutenção da suspensão do início do funcionamento da Unidade de CDR de Évora em consequência da ausência, no momento, de mercado para a colocação do produto obtido;
- ✓ A certificação do composto obtido na Unidade de TMB Évora e o início da sua comercialização;
- ✓ A apresentação e aprovação do Plano de Ação da Gesamb para dar cumprimentos às metas e objetivos definidos no PERSU 2020, em junho de 2015 e posteriores atualizações;
- ✓ A apresentação em janeiro de 2016 com aprovação durante o ano de 2018 de três candidaturas ao POSEUR, “Promoção da Reciclagem Multimaterial e Orgânica de Resíduos Urbanos”, “Otimização e Reforço da Rede de Recolha Seletiva” e “Aumento da eficiência do Tratamento Mecânico e Biológico”;
- ✓ A apresentação e aprovação em 2018 da candidatura ao POSEUR “Inov I”, em parceria com os municípios e com o objetivo principal de implementação de novos circuitos de recolha porta-a-porta de biorresíduos e multimaterial e aquisição de sensores para ecopontos;
- ✓ A apresentação e aprovação em 2019 da candidatura ao POSEUR “Inov II”, com objetivos de implementação de um sistema de recolha seletiva de resíduos perigosos, e aumentar a capacidade de armazenamento de resíduos;
- ✓ A apresentação e aprovação em 2020 de duas candidaturas ao POSEUR, “Évora+Verde” que tem como objetivos aumentar as quantidades de biorresíduos recolhidos seletivamente e a sua valorização orgânica e a “Re-planta! III” que tem como principal objetivo promover a compostagem comunitária e doméstica.
- ✓ A apresentação durante o primeiro semestre de 2017 com entrada em vigor em 2018 do novo modelo de valores de contrapartidas do SIGRE que inclui, para além da recolha seletiva, as embalagens recuperadas nas unidades de TMB;

mm
miel
h

- ✓ A publicação da Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro, Reforma da fiscalidade ambiental, com a revisão da TGR no sentido do aumento gradual do seu valor base e do aumento do âmbito de aplicação, com a previsão, ainda, de componentes de TGR não repercutíveis na tarifa associadas aos desvios às metas definidas em sede do PERSU 2020;
- ✓ A publicação e a subsequente revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e dos novos estatutos da Entidade Reguladora, estabelecendo as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas;

A Gesamb concluiu, como se referiu, em 2015 o seu projeto de investimento na Unidade de CDR (Combustível Derivado de Resíduos), a par dos investimentos conjuntos com as restantes entidades parceiras do Alentejo, do projeto na Unidade de TMB (Tratamento Mecânico e Biológico), tendo-se iniciado a exploração plena deste empreendimento durante o período de 2016.

Os montantes de investimento envolvidos e os novos processos de tratamento de resíduos urbanos (RU), com uma maior produção de materiais e produtos com valor económico, induziram sucessivas alterações à estrutura de rendimentos e gastos na Gesamb, alterando pressupostos económicos essenciais ao funcionamento que se vinham verificando até ao ano de 2013. A evolução da sua exploração durante os últimos quase cinco anos, a par da suspensão da entrada em funcionamento da Unidade de CDR, suscitam ainda incertezas quanto à evolução prospetiva do conjunto de rendimentos e gastos que, em velocidade cruzeiro, estas Unidades e o empreendimento conjunto vão justificar.

Por outro lado, a Gesamb prosseguiu com ambiciosos planos de investimento, não só de manutenção, como ainda de expansão da sua capacidade produtiva, dos quais se estimam retornos associados à sua atividade principal como ainda com as atividades com esta conexas.

As obrigações estatutárias, legais e normativas descritas, acompanhadas pelas alterações tecnológicas ao processamento de tratamento de resíduos, ainda num quadro de incerteza associado à exploração do conjunto de investimentos realizados, justificaram a elaboração do plano de negócios da Gesamb para o período delimitado entre 2019 e 2038.

As estimativas apresentadas assentam, contudo, como se referiu, também em fatores de alguma incerteza, cuja não verificação pode impactar positiva ou negativamente o desempenho ambiental e, associado a este, o desempenho económico esperado para os próximos exercícios, pelo que o plano de negócios, subordinado às disposições do contrato de gestão delegada outorgado pela Gesamb com a entidade pública participante e delegatária, a CIMAC, prevê mecanismos de atualização destas estimativas e de eventual revisão tarifária.

O ambiente de incerteza de preparação do plano de negócios é assim reconhecido, considerando, particularmente:

- ✓ O coeficiente de eficiência na obtenção de materiais pelo tratamento mecânico da Unidade de TMB;
- ✓ A qualidade do composto e as possibilidades de realização do valor esperado com a sua venda no mercado;
- ✓ O coeficiente de eficiência na produção de CDR e a concretização do seu escoamento e valor esperado pela sua venda;
- ✓ A evolução da produção de RU, sendo que a não verificação dos aumentos estimados, numa atividade com gastos de estrutura relevantes, provocará variações expressivas nos gastos unitários de tratamento de RU e de produção de cada tonelada de produto ou material.
- ✓ O novo quadro de investimento da União Europeia e os objetivos e os financiamentos que em concreto se virão a definir para o sector;

- ✓ A revisão em curso do PERSU 2020 que estabelece as metas de recolha seletiva, reciclagem e deposição em aterro por sistema e cujo grau de cumprimento acarreta penalização e bonificação nos valores de contrapartidas do SIGRE.

Igualmente em curso, com possibilidades de perturbar as perspetivas no novo plano, sublinhamos, entre outros:

- ✓ A revisão, em curso, do estudo económico e financeiro que sustenta o acordo de parceria do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL;
- ✓ A incerteza quanto à entrada em funcionamento da Unidade de CDR;
- ✓ A qualidade do composto obtido na Unidade de TMB e a possibilidade da sua comercialização;
- ✓ A fase ainda embrionária da atividade da unidade de valorização de biogás.

Em particular, no exercício de 2021 deverão, pelo descrito, merecer especial atenção do Órgão de Gestão:

- ✓ O acompanhamento ao novo quadro de investimento da União Europeia e aos trabalhos para definição do PERSU2030;
- ✓ Acompanhamento da definição da política do sector de resíduos urbanos - transposição das Diretivas Aterros (2018/850), Resíduos (2018/851) e Embalagens (2018/850);
- ✓ Alteração do modelo de aplicação da TGR;
- ✓ O funcionamento do SIGRE, em particular as alterações em curso;
- ✓ A revisão, em curso, do estudo económico e financeiro que sustenta o acordo de parceria do empreendimento conjunto da Gesamb, Resialentejo e AMCAL;
- ✓ A conclusão do Plano de Ação 2015 (PAPERSU), num quadro de aprovação tardia das candidaturas apresentadas ao POSEUR verificadas durante o ano de 2017, confrontando a Gesamb com um ambicioso plano de investimentos e de ações para os anos de 2018 e seguintes;
- ✓ A avaliação quanto à Linha de CDR das melhores soluções de investimento e de exploração para a promoção da secagem de CDR em ordem à otimização do seu valor de mercado ou outras soluções alternativas;
- ✓ Acompanhamento da exploração da unidade de valorização de biogás, bem como dos contratos celebrados para rentabilização do aproveitamento do potencial energético do biogás produzido em Aterro;
- ✓ A avaliação de novos projetos em parceria com os municípios, em particular a recolha de bio resíduos e os novos circuitos de recolha seletiva porta-a-porta no setor não residencial (produção diária de RU até 1100 litros);
- ✓ Acompanhamento da evolução da pandemia de COVID-19 e da necessidade de eventuais novas adaptações, em especial em termos operacionais. Nomeadamente, no que diz respeito a adaptações ao nível dos recursos humanos, bem como do tratamento de resíduos

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO EXERCÍCIO

Não se registaram factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Não obstante o descrito anteriormente, importa referir o seguinte:

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

ANEXO I
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

De acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) da Gesamb, calculado de acordo com o indicado definido nos termos do nº 4 do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009 é o que consta do quadro seguinte:

PMP					
1T 2019			1T 2020		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	472 092,59	63	Σ DF/4	392 117,90	53
Σ A	2 748 206,60		Σ A	2 684 938,05	
2T 2019			2T 2020		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	507 424,54	65	Σ DF/4	375 635,25	64
Σ A	2 870 647,65		Σ A	2 151 090,35	
3T 2019			3T 2020		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	579 401,09	63	Σ DF/4	335 678,04	67
Σ A	3 362 966,40		Σ A	1 832 729,68	
4T 2019			4T 2020		
		Nº de dias			Nº de dias
Σ DF/4	439 973,18	58	Σ DF/4	339 749,75	61
Σ A	2 775 906,12		Σ A	2 026 903,75	

O número médio de dias de pagamento (PMP) situa-se nos 61 dias, inferior ao registado no trimestre anterior (67 dias), mas superior ao registado no mesmo período de 2019 (58 dias).

Depois das duas primeiras vagas do COVID-19 ocorridas durante 2020, a Pandemia registou nos primeiros dois meses de 2021 (terceira vaga) um subsequente e severo agravamento que, somente neste curto período, terá ultrapassado o número de incidentes (infetados e óbitos) de todo o ano de 2020.

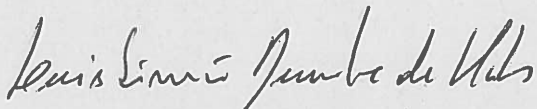
Apesar do impacto social e económico muitíssimo significativo, gerando elevado grau de incerteza para todos os agentes económicos, os impactos na Gesamb situaram-se sobretudo no plano operacional, não comprometendo a sua situação económica e financeira, e a continuidade das operações, tendo todos os impactos, independentemente da sua materialidade, sido relatados no presente relatório e os seus efeitos reconhecidos nas demonstrações financeiras apresentadas.

Apesar do severo agravamento da Pandemia no início de 2021 não perspetivamos, que os efeitos económicos decorrentes dos esforços para conter a epidemia venham a determinar uma redução do valor recuperável dos ativos da empresa.

O impacto da atual crise COVID-19, ainda que venha a ser material, o que no momento não se antecipa, não colocará em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

O Conselho de Administração

O Presidente



Engº Luis Simão Duarte de Matos

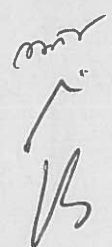
Os vogais



Engº João Paulo Mengas da Silva Afonso



Dr Bernardino António Bengalinha Pinto



 ANEXO II
 PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA – 2020

Tipo	Nome/Descrição	Data	Data Adjudicação	Valor Adjudicação	Empresa Adjudicatária
C.Prévia	Estudo de caracterização e avaliação técnica, económica e social para definição do modelo de recolha de bio resíduos na Gesamb	20/01/2020	10/09/2020	64 000,00 €	Simbiente
C.Público	Aquisição de viaturas para recolha seletiva de resíduos orgânicos - Lote I e Lote II	20/01/2020	05/10/2021	Lote I – deserto Lote II - 59 214,00 € -	Lote II - - HIDROMASTER
C.Público	Sistema de Gestão da Recolha Seletiva	24/01/2020	11/05/2020	92 766,62 €	MEO, SA
C.Prévia	Prestação de Serviços de Consultadoria da Área Financeira	21/01/2020	10/03/2020	14 400,00 €	Pocalentejo, Lda
AD	Decapagem e pintura de contentores metálicos de 3 e 5 m ³	24/01/2020	03/03/2020	7 350,00 €	Marisa Aparecida Fiamini Letras
C.Prévia	Serviços de telecomunicações móveis, de voz fixa, dados e internet	05/12/2019	23/03/2020	15 528,48 €	MEO, SA
C.Prévia	Aquisição de contentores de superfície em polietileno de 2,5 m ³	28/01/2020	21/04/2020	16 425,00 €	OVO Solutions, SA
AD	Aquisição de serviços de segurança para os EC.ET	18/02/2020	30/04/2020	19 994,44 €	Prosegur
C.Prévia	Prestação de serviços de manutenção e regularização de taludes e acessos do aterro -células A a D	28/02/2020	07/04/2020	14 659,00 €	Terralimite, Lda,
C.Prévia	Aquisição de fardamento	27/03/2020	05/05/2020	30 795,30 €	CLS Brands, Lda
C.Público	Selagem parcial do Aterro Sanitário de Évora	27/03/2020	29/07/2020	163 047,15 €	Sotecnisol
C.Prévia	Aquisição de autocompactadores	12/03/2020	05/06/2020	71 750,00 €	Soptech
C.Público	Aquisição Compostores Domésticos	24/01/2020	03/11/2020	189 900,00 €	OVO Solutions, SA
AD	Aquisição de serviços de desenvolvimento do software GCA – Gestão Comercial de Águas - Reguengos Recicla	27/03/2020	30/06/2020	7 730,00 €	AIRC
C.Público	Aquisição de viatura pesada para a recolha seletiva	25/05/2020	16/09/2020	169 690,00 €	Auto-Sueco Portugal
C.Prévia	Aquisição de Bens e Serviços para reparação geral do Separador Balístico do TMB	27/05/2020	Concurso deserto sem adjudicação ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 79		
C.Prévia	Substituição de piso móvel walkingfloor	07/07/2020	04/08/2020	28 500,00 €	Roques, S.A
C.Público	Aquisição de contentor para a receção e transporte de resíduos perigosos recolhidos seletivamente	21/06/2019	29/09/2020	73 500,00 €	Sopinal, S.A
C.Prévia	Aquisição e Instalação de Bâscula de 60ton para instalações de Évora	08/07/2020	20/08/2020	18 000,00 €	Barbal, Lda
C.Prévia	Aquisição de Bens e Serviços para substituição de tambores de tapetes transportadores do TMB	10/07/2020	Ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 79 não houve lugar a adjudicação		
C.Prévia	Aquisição de Ácido Sulfúrico para Abastecimento de Estações de Tratamento de Águas Lixivantes e Hipoclorito de Sódio	10/08/2020	24/08/2020	Lote I - 139,50€/ton Lote 2 - 155,00€/ton Lote 3 - 291,00€/ton	Lote I - Sapec, S.A Lote II - Sapec, S.A Lote III - Quimitejo, S.A
C.Prévia	Aquisição e Instalação de Pneus Novos e Recauchutados para Viaturas Pesadas e Industriais	11/08/2020	Ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art.º 79 não houve lugar a adjudicação		
C.Prévia	Aquisição de triturador móvel	04/12/2020	15/02/2021	48 390,00 €	Certoma, Lda
C.Público	Aquisição de contentores para recolha de resíduos orgânicos	13/11/2020	03/02/2021	29 750,00 €	OVO Solutions, SA
C.Público	Ações de educação, sensibilização e informação ambiental para os biorresíduos	07/10/2020	Transitou para 2021		
C.Prévia	Aquisição e Instalação de Pneus Novos e Recauchutados	07/10/2020	17/11/2020	Lote I - 27152,80€ Lote II - 18803,16€ Lote III - 11472,00€	Lote I - João Serras, Lda Lote II - Vulcal, S.A Lote III - João Serras, Lda
C.Público	Construção de pavilhão para armazenamento de resíduos perigosos	08/10/2020	Transitou para 2021		

Tipo	Nome/Descrição	Data	Data Adjudicação	Valor Adjudicação	Empresa Adjudicatária
C.Prévia	Aquisição de Bens e Serviços para substituição de tambores de tapetes transportadores do TMB.	08/10/2020	17/11/2020	15 918,04 €	Meteoro, S.A
C.Público	Aquisição de uma Pá Carregadora de Rastos para Aterro Sanitário	12/10/2020	21/01/2021	252 500,00 €	STET, S.A
C.Prévia	Aquisição e Instalação de Sistema Lubrificação Centralizado para a Oficina Gesamb	12/10/2020	13/01/2021	21 500,00 €	Intermaco, Lda
C.Prévia	Reparação de danos na cobertura do TMB	12/10/2020	Concurso deserto sem adjudicação ao abrigo da alinea a) do nº1 do artº79		
C.Prévia	Alteração Elevatória Lixiviados do TMB	20/10/2020	Concurso deserto sem adjudicação ao abrigo da alinea a) do nº1 do artº79		
C.Prévia	Instalação de malha de "crivagem" de 60mm no Tromell Secundário	22/10/2020	02/12/2020	19 891,80 €	Joar, S.L
C.Prévia	Alteração Elevatória Lixiviados do TMB	05/11/2020	23/11/2020	11 995,90 €	Unifluidos, Lda
C.Público	Aquisição de Serviços de Vigilância e Segurança Privada nas instalações da Gesamb em Évora	09/11/2020	Transitou para 2021		
C.Prévia	Aquisição de contentores de superfície de 2,5 e 5 m ³	09/11/2020	13/01/2021	9 900,00 €	V.R. Lopes Unipessoal, Lda.
AD	Aquisição de Software para a Gestão da Produção do TMB e CT	10/11/2020	10/12/2020	14 000,00 €	EVOX, Lda.
C.Público	Pavilhão de valorização orgânica e todas as infraestruturas complementares	10/11/2020	Transitou para 2021		
C.Prévia	Transporte de lixiviados	10/11/2020	04/12/2021	15 000,00 €	TML, Lda
C.Prévia	Tratamento de Lixiviados	10/11/2020	02/12/2021	15 000,00 €	Águas de Santo André, S.A.
C.Prévia	Aquisição de Bens e Serviços para reparação geral do Separador Balístico do TMB	17/11/2020	Transitou para 2021		
C.Prévia	Conversão de Módulos de Filtração ETAL II de DT para ST	26/11/2020	Transitou para 2021		
C.Público	Concurso público para o fornecimento de energia elétrica em BTN e MT, para as instalações da GESAMB	20/11/2020	28/01/2021	Lote I - 60007,67€ Lote II - 1276,95€	Lote I - Enforcesco, S.A Lote II - Alfa Energia, Lda
C.Prévia	Aquisição de contentores de resíduos orgânicos com acesso controlado	20/11/2020	21/01/2021	38 041,00 €	Formato Bin, Lda
C.Prévia	Elaboração do projeto da nova célula do Aterro (Célula F)	04/12/2020	Transitou para 2021		
C.Público	Viatura para recolha seletiva de resíduos orgânicos	04/12/2020	Transitou para 2021		
C.Prévia	Reparação de danos na cobertura do TMB	19/12/2020	Transitou para 2021		

my ink
US
MR

BALANÇO

Rubricas	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	13 103 658,89	14 184 299,08
Ativos Intangíveis	6	111 186,17	39 934,11
Outros Investimentos financeiros		12 804,00	8 420,37
Ativos por impostos diferidos		6 150,35	12 496,89
Subtotal		13 233 799,41	14 245 150,45
Ativo corrente			
Inventários	10	108 041,46	104 854,73
Clientes	9; 17	1 167 275,48	1 053 780,87
Estado e outros entes públicos	20	106 338,82	191 380,08
Outros créditos a receber	17	1 464 776,77	1 009 517,77
Diferimentos	20	346 991,44	307 794,76
Caixa e depósitos bancários	4	5 531 522,71	5 162 085,00
Subtotal		8 724 946,68	7 829 413,21
Total do ativo		21 958 746,09	22 074 563,66
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	5	1 000 000,00	1 000 000,00
Reservas legais		836 200,00	814 600,00
Outras reservas		4 599 935,24	4 578 998,60
Resultados transitados		0,00	-54 573,61
Ajust. / Outras variações de capital próprio		6 374 892,89	6 692 642,64
Subtotal		12 811 028,13	13 031 667,63
Resultado líquido do período	20	393 122,38	215 810,25
Total do capital próprio		13 204 150,51	13 247 477,88
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	12;16	3 492 924,44	3 672 764,94
Financiamentos obtidos	8; 17	930 435,85	1 065 779,88
Outras dívidas a pagar	17	1 848 021,31	1 940 271,24
Subtotal		6 271 381,60	6 678 816,06
Passivo corrente			
Fornecedores	17	359 646,30	205 294,12
Estado e outros entes públicos	20	96 853,25	91 512,74
Financiamentos obtidos	8; 17	135 344,03	130 262,49
Outras dívidas a pagar	17	1 698 410,40	1 644 289,16
Diferimentos	20	192 960,00	76 911,21
Subtotal		2 483 213,98	2 148 269,72
Total do Passivo		8 754 595,58	8 827 085,78
Total do capital próprio e do passivo		21 958 746,09	22 074 563,66

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2020	2019
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	11	5 573 818,25	5 115 104,03
75		Subsídios à exploração	13	45 661,21	106 341,62
73		Variação de inventários na produção	10	3 186,73	34 239,63
	62	Fornecimentos e serviços externos	20	-1 710 165,97	-1 718 035,69
	63	Gastos com pessoal	18	-1 881 987,70	-1 671 952,11
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-4 185,67	-64 023,94
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	12	179 840,50	5 439,60
78...+791		Outros rendimentos	13; 20	1 060 257,97	1 051 552,59
	69-685+69...	Outros gastos	20	-1 027 991,15	-818 044,49
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos				2 238 434,17	2 040 621,24
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6; 7	-1 672 076,54	-1 698 693,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)				566 357,63	341 927,61
	6911/21/81	Juros e gastos similares suportados	8	-44 735,00	-49 593,98
Resultado antes de impostos				521 622,63	292 333,63
	812	Impostos sobre o rendimento do período	15	-128 500,25	-76 523,38
Resultado líquido do período				393 122,38	215 810,25

mir
ml
h
kr

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		5 608 823,15	5 210 679,52
Pagamentos a Fornecedores		-2 750 217,15	-3 006 295,36
Pagamentos ao Pessoal		-1 691 274,38	-1 548 030,16
Caixa gerada pelas operações		1 167 331,62	656 354,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-117 764,05	-66 622,93
Outros recebimentos/pagamentos		255 210,62	203 536,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 304 778,19	793 267,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-820 762,43	-1 641 382,33
Ativos intangíveis		-96 646,86	-2 716,79
Investimentos financeiros		-4 864,72	-3 073,21
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		574,17	1 094,29
Subsídios ao investimento		277 220,24	1 106 429,11
Juros e rendimentos similares		3 066,66	13 762,40
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-641 412,94	-525 886,53
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-130 262,49	-125 371,73
Juros e gastos similares		-44 965,05	-49 855,81
Dividendos		-118 700,00	-121 900,00
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (3)		-293 927,54	-297 127,54
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		369 437,71	-29 746,88
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 162 085,00	5 191 831,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	5 531 522,71	5 162 085,00

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2020

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos/Outras		Resultados Transmigrados	Resultado líquido do Período	Total
			Reservas legais	Outras reservas	Outras	Variações CP			
Posição no início do período 2020	1	1 000 000,00	814 600,00	4 578 998,60	6 692 642,64		-54 573,61	215 810,25	13 247 477,88
Alterações no período									
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações									0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
Outras alterações reconhecidas de capital próprio			21 600,00	20 936,64	-317 749,75		173 273,61	-215 810,25	-317 749,75
Resultado líquido do período	2	0,00	21 600,00	20 936,64	-317 749,75		173 273,61	-215 810,25	-317 749,75
Resultado integral	3							393 122,38	393 122,38
Operações com detentores de capital no período	4=2+3							177 312,13	75 372,63
Distribuições	5						-118 700,00		-118 700,00
Posição no fim do período 2020	6=1+2+3+5	1 000 000,00	836 200,00	4 599 935,24	6 374 892,89		0,00	393 122,38	13 204 150,51

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2019

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Reservas		Ajustamentos/Outras		Resultados Transitados	Resultado líquido do Período	Total
			Reservas legais	Outras reservas	Outras	Variações CP			
Posição no início do período 2019	1	1 000 000,00	796 400,00	4 559 080,78	7 021 443,03		-877,32	127 367,63	13 503 414,12
Alterações no período									
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações									0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00
Outras alterações reconhecidas de capital próprio			18 200,00	40 963,92	-328 800,39		68 203,71	-127 367,63	-328 800,39
Resultado líquido do período	2	0,00	18 200,00	40 963,92	-328 800,39		68 203,71	-127 367,63	-328 800,39
Resultado integral	3							215 810,25	215 810,25
Operações com detentores de capital no período	4=2+3							88 442,62	-112 990,14
Distribuições									
	5	0,00	0,00	-21 046,10			-121 900,00		-142 946,10
				-21 046,10	0,00		-121 900,00		-142 946,10
Posição no fim do período 2020	6=1+2+3+5	1 000 000,00	814 600,00	4 578 998,60	6 692 642,64		-54 573,61	215 810,25	13 247 477,88

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "mm", "sind"
 - Middle right: "H"
 - Bottom left: "Ker"

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM é uma empresa intermunicipal de capitais maioritariamente públicos constituída, por tempo indeterminado, pela Associação de Municípios do Distrito de Évora, atual CIMAC e tem como objeto a:

✓ Promoção direta ou indireta da conceção, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de transporte, valorização, tratamento e destino final de resíduos sólidos e a;

✓ Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo.

A empresa Gesamb - Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM tem a sua sede social no Aterro intermunicipal, quilómetro 89, 9, Estrada Nacional 380, Freguesia de N.D. da Tourega e N.S. de Guadalupe, Concelho de Évora.

A empresa desenvolve a sua atividade com o CAE (Rev. 3) principal 38212, Tratamento e Eliminação de Outros Resíduos Não Perigosos.

As presentes demonstrações financeiras da empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

✓ Decreto-Lei nº158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela lei nº20/2010 de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;

✓ Portaria nº 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

✓ Aviso nº 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);

✓ Aviso nº 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro)

✓ Portaria nº 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer na posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Junho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas

mir
nik
K

interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade das operações da empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos na Portaria nº220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

HN

2.2. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1.1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente, durante um período de 3 anos de vida útil, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço da venda e a quantia escriturada na data de

alineação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento como um ativo, um item do ativo fixo tangível cujo justo valor possa ser determinado fiavelmente deve ser mensurado por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

As revalorizações são efetuadas com suficiente regularidade para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor à data do balanço.

Quando quantia escriturada de um ativo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado diretamente ao capital próprio numa conta de excedente de revalorização. O aumento deve ser reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Quando a quantia escriturada de um ativo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida nos resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada diretamente ao capital próprio até ao limite da quantia de crédito existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período a período.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada no ativo sempre que perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alineação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.3. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

*impr
mit
U
K*

De acordo com este método, a quantia escriturada das participações financeiras é ajustada anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição da quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo ou custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

3.1.4. IMPARIDADE DE ATIVOS

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.1.5. LOCAÇÕES

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registrado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registrada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registrados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

3.1.6. INVENTÁRIOS

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio.

Se o valor realizável líquido for inferior, designadamente devido à diminuição da cotação do mercado, da deterioração ou obsolescência, da subida dos custos de acabamento ou dos necessários para realizar a venda, justifica-se o reconhecimento de imparidade nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuirão sendo expressa na demonstração dos resultados como “Imparidade de inventários (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registrados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

3.1.7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas.

3.1.8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.1.8.1. CRÉDITOS A RECEBER

As dívidas de terceiros são registradas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registradas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será

com
mud
K
m

recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos, ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, quando existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

3.1.8.2. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.8.3. DÍVIDAS A PAGAR

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas ao custo. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.1.8.4. PASSIVOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio com uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.1.8.5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua responsabilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

3.1.8.6. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.1.9. REGIME DE ACRÉSCIMO

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

3.1.10. RÉDITO

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito

1002
1000
1001
1002

pode ser fiavelmente mensurado, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo. Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.1.11. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com os ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.1.12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira encontram-se registadas na moeda funcional (Euro) utilizando as taxas de câmbio à data da sua realização para as converter. Aquando da liquidação dos itens monetários ou à data do balanço, se ocorrer antes, são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicialmente registado e reconhecidas como ganhos ou perdas no período em que a liquidação ou reavaliação ocorre. No entanto, se o valor inicial tiver sido registado em períodos anteriores, a diferença de câmbio é apurada por reporte ao valor transposto pelo uso da taxa de fecho à data do último balanço.

Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico, designadamente os inventários, os ativos fixos tangíveis e os intangíveis, mantêm-se expressos, à data de cada balanço, pelas taxas à data da transação.

As diferenças de câmbio positivas relativas à atividade de financiamento são reveladas na demonstração dos resultados como “Juros e rendimentos similares obtidos”, enquanto as negativas são reveladas na rubrica “Juros e gastos similares suportados”. As demais diferenças de câmbio, emergentes de atividades operacionais ou de investimento, integram as rubricas “Outros rendimentos” e “Outros gastos”, no caso de serem positivas e negativas, respetivamente.

3.1.13. IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal, em termos gerais, durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos anos de 2017 a 2020 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontram-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%, acrescida de 1,50% a título de derrama e de 3% a 7% a título de derrama estadual sobre a parte do lucro tributável superior a € 1 500 000. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 50%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativo, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associadas, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por

mm
ml
B
M

impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

3.1.14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão.

Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

3.1.15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.16. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTE NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Concelho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem o reconhecimento de acréscimos de gastos e o registo de provisões e perdas por imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano negócios e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Todas as quantias evidenciadas no Balanço a 31 de dezembro de 2020 estão disponíveis para uso.

4.2. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Meios financeiros líquidos	Período 2020				Período 2019			
	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período	Quantias escrituradas no começo do período	Movimentos do período		Quantias escrituradas no fim do período
		Débitos	Créditos			Débitos	Créditos	
Caixa	3.243,94	293.140,03	(293.713,84)	2.670,13	28.072,84	947.313,00	(972.141,90)	3.243,94
	3.243,94	293.140,03	(293.713,84)	2.670,13	28.072,84	947.313,00	(972.141,90)	3.243,94
Depósitos à ordem	781.393,52	12.452.897,79	(12.169.088,27)	1.065.203,04	793.266,50	10.478.103,43	(10.489.976,41)	781.393,52
	781.393,52	12.452.897,79	(12.169.088,27)	1.065.203,04	793.266,50	10.478.103,43	(10.489.976,41)	781.393,52
Outros depósitos bancários	4.377.447,54	2.000.000,00	(1.913.798,00)	4.463.649,54	4.370.492,54	1.914.406,33	(1.907.451,33)	4.377.447,54
	4.377.447,54	2.000.000,00	(1.913.798,00)	4.463.649,54	4.370.492,54	1.914.406,33	(1.907.451,33)	4.377.447,54
Totais	5.162.085,00	14.746.037,82	(14.376.600,11)	5.531.522,71	5.191.831,88	13.339.822,76	(13.369.569,64)	5.162.085,00

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. TRANSAÇÕES E SALDOS PENDENTES ENTRE PARTES RELACIONADAS

São as seguintes as entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade:

Entidades que direta ou indiretamente participam no capital da entidade		NIF das entidades participantes	Sede social das entidades participantes		Participações das entidades participantes no capital social da entidade		Percentagem dos direitos de voto da entidade detidos pelas entidades participantes	Datas de início das participações no capital social da entidade
			País	Localidade	Valor	Percentagem		
Período 2020	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%
		Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.	503956112	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%
		Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%
Período 2019	Participantes diretas	CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	Portugal	Évora	600.000,00	60,00%	60,00%
		Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.	503956112	Portugal	Santa Catarina da Serra	400.000,00	40,00%	40,00%
		Totais				1.000.000,00	100,00%	100,00%

No exercício de 2020 foram distribuídos e pagos 118.700,00 euros de dividendos:

- 71.200,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e,
- 47.500,00 euros à Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.

No exercício de 2019 foram distribuídos e pagos 121.900,00 euros de dividendos:

- 73.100,00 à CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central e,
- 48.800,00 euros à Biosmart - Soluções Ambientais, S.A.

O vogal do Conselho de Administração que assume a representação da Biosmart- Soluções Ambientais, S.A. recebe um valor de senhas de presenças e despesas de deslocação que totalizou em 2020 o valor de 1.176,00€ e em 2019 o valor de 2.058,00€, integralmente faturados e liquidados em cada um dos exercícios.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. DIVULGAÇÕES PARA CADA CLASSE DE ATIVOS INTANGÍVEIS

a) As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Programas de computador	Outros ativos intangíveis
		Outros	Outros
Finitas	Vidas úteis	3	70
	Taxas de amortização	33,33%	1,43%
	Métodos de amortização	Quotas constantes	Quotas constantes

b) Os elementos dos ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha recta.

c) As quantias brutas escrituradas, as amortizações acumuladas no começo e fim do período e a reconciliação das quantias escrituradas no começo e fim do período, e os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante os exercícios de 2020 e 2019 são como se seguem:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Totais	
Em 01.01.2019	Quantias brutas escrituradas	50.045,46	25.470,32		75.515,78	
	Amortizações acumuladas	(37.040,95)	(572,66)		(37.613,61)	
	Quantias líquidas escrituradas	13.004,51	24.897,66		37.902,17	
Movimentos do período 2019	Adições	Aquisições em 1.ª mão	2.208,77		2.208,77	
	Transferências	Outras		8.670,00	8.670,00	
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(7.360,86)	(484,79)		(7.845,65)
		Diminuições por alienações e abates e transferência		(1.001,18)		(1.001,18)
Em 31.12.2019 (01.01.2020)	Quantias brutas escrituradas	52.254,23	34.140,32		86.394,55	
	Amortizações acumuladas	(44.401,81)	(2.058,63)		(46.460,44)	
	Quantias líquidas escrituradas	7.852,42	32.081,69		39.934,11	
Movimentos do período 2020	Adições	Aquisições em 1.ª mão	4.950,00		73.624,68	
	Transferências	Outras				
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(6.837,83)	(484,79)		(7.322,62)
		Diminuições por alienações e abates e transferência				
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	57.204,23	34.140,32	73.624,68	164.969,23	
	Amortizações acumuladas	(51.239,64)	(2.543,42)		(53.783,06)	
	Quantias líquidas escrituradas	5.964,59	31.596,90	73.624,68	111.186,17	

d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da demonstração dos resultados ascende a:

(valores expressos em euros)

Quantias das amortizações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2020		Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Totais
		Outros	Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6.837,83	484,79	7.322,62

Quantias das amortizações de ativos intangíveis incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados - Período de 2019		Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Totais
		Outros	Outros	
Demonstração dos resultados por naturezas	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.360,86	484,79	7.845,65

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

7.1. DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Bases de mensuração

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciações usado

A empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis	19	50, 20, 19, 16, 12, 10, 8, 4	20, 16, 10, 12, 8, 7, 6, 5, 4, 3	10, 5, 4	10, 8, 5, 3	12, 8, 4, 3
Taxas de depreciação	5,26%	2%, 5%, 5,26%, 6,25%, 8,33%, 10%, 12,5%, 25,00%	5%, 6,25%, 8,33%, 10%, 12,50%, 14,28%, 16,66%, 20%, 25%, 33,33%	10%, 20%, 25%	10%, 12,5%, 20%, 33,33%	8,33%, 12,5%, 25%, 33,33%
Métodos de depreciação	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes	Quotas constantes

c) As quantias brutas escrituradas, as depreciações acumuladas, no início e no fim do período, e a reconciliação das quantias escrituradas no início e no fim do período, e os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante os exercícios de 2020 e 2019 são como se seguem:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
Em 01.01.2019	Quantias brutas escrituradas	209.143,86	16.936.820,98	15.880.159,45	4.529.178,48	235.557,76	149.392,38	563.735,29	38.503.988,20
	Depreciações acumuladas	(168.990,04)	(10.807.925,99)	(8.638.711,01)	(3.670.516,89)	(222.951,69)	(146.156,93)		(23.655.252,55)
	Quantias líquidas escrituradas	40.153,82	6.128.894,99	7.241.448,44	858.661,59	12.606,07	3.235,45	563.735,29	14.848.735,65
	Adições		1.030,00	181.226,80	507.949,88	7.171,50			1.026.411,41
	Transferências			838.073,16				(892.768,52)	
Movimentos do período 2019	Diminuições			(4.020,00)					(4.020,00)
	Abates								
	Aumentos de depreciações	(10.009,92)	(563.024,80)	(783.485,02)	(327.170,55)	(6.272,52)	(885,17)		(1.690.847,98)
	Diminuições por alienações e abates e transferências								
	Depreciações								
Em 31.12.2019 (01.01.2020)	Quantias brutas escrituradas	209.143,86	16.992.546,34	16.895.439,41	5.037.128,36	242.729,26	149.392,38		39.526.379,61
	Depreciações acumuladas	(178.999,96)	(11.370.950,79)	(9.418.176,03)	(3.997.687,44)	(229.224,21)	(147.042,10)		(25.342.080,53)
	Quantias líquidas escrituradas	30.143,90	5.621.595,55	7.477.263,38	1.039.440,92	13.505,05	2.350,28		14.184.299,08
	Adições		15.950,00	186.181,27	250.350,23	8.666,39	3.450,48	119.992,94	584.591,31
	Transferências			80.450,14			863,64	21.827,00	(103.140,78)
Movimentos do período 2020	Diminuições			(4.164,00)	(135.000,14)				(135.000,14)
	Abates								(4.164,00)
	Aumentos de depreciações	(10.009,92)	(477.056,37)	(797.317,02)	(373.426,55)	(5.625,17)	(1.318,89)		(1.664.753,92)
	Diminuições por alienações e abates e transferências								
	Depreciações			3.686,42					3.686,42
Em 31.12.2020	Quantias brutas escrituradas	209.143,86	17.008.496,34	17.157.906,82	5.152.478,45	252.259,29	174.669,86	16.852,16	39.971.806,78
	Depreciações acumuladas	(189.009,88)	(11.848.007,16)	(10.211.806,63)	(4.236.113,85)	(234.849,38)	(148.360,99)		(26.868.147,89)
	Quantias líquidas escrituradas	20.133,98	5.160.489,18	6.946.100,19	916.364,60	17.409,91	26.308,87	16.852,16	13.103.658,89

Handwritten notes:
 1002
 1002
 1002

7.2. DEPRECIÇÕES, RECONHECIDAS NOS RESULTADOS OU COMO PARTE DE UM CUSTO DE OUTROS ATIVOS, DURANTE UM PERÍODO

(valores expressos em euros)

Depreciações reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Período 2020	Depreciações reconhecidas nos resultados	10.009,92	477.056,37	797.317,02	373.426,55	5.625,17	1.318,89	1.664.753,92
	Totais	10.009,92	477.056,37	797.317,02	373.426,55	5.625,17	1.318,89	1.664.753,92
Período 2019	Depreciações reconhecidas nos resultados	10.009,92	563.024,80	783.485,02	327.170,55	6.272,52	885,17	1.690.847,98
	Totais	10.009,92	563.024,80	783.485,02	327.170,55	6.272,52	885,17	1.690.847,98

8. FINANCIAMENTOS OBTIDOS
8.1. POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

Os financiamentos obtidos em 31/12/2020 e em 31/12/2019, e respetivas taxas de juro e garantias prestadas, todos contratados na moeda de apresentação, são detalhados conforme se segue:

(valores expressos em euros)

Período 2020					
	Entidade Financiadora	Produto	Limite	Montante Utilizado / em dívida	
				Corrente	Não corrente
Instituições financeiras					
Empréstimos bancários	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4.086.189,25€	135.344,03€	930.435,85 €
		Subtotal	4.086.189,25€	135.344,03€	930.435,85€

(valores expressos em euros)

Período 2019					
	Entidade Financiadora	Produto	Limite	Montante Utilizado / em dívida	
				Corrente	Não corrente
Instituições financeiras					
Empréstimos bancários	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	4.086.189,25€	130.262,49€	1.065.779,88 €
		Subtotal	4.086.189,25€	130.262,49€	1.065.779,88€

Handwritten notes:
1003
1004
1005
1006
1007
1008
1009
1010
1011
1012
1013
1014
1015
1016
1017
1018
1019
1020
1021
1022
1023
1024
1025
1026
1027
1028
1029
1030
1031
1032
1033
1034
1035
1036
1037
1038
1039
1040
1041
1042
1043
1044
1045
1046
1047
1048
1049
1050
1051
1052
1053
1054
1055
1056
1057
1058
1059
1060
1061
1062
1063
1064
1065
1066
1067
1068
1069
1070
1071
1072
1073
1074
1075
1076
1077
1078
1079
1080
1081
1082
1083
1084
1085
1086
1087
1088
1089
1090
1091
1092
1093
1094
1095
1096
1097
1098
1099
1100
1101
1102
1103
1104
1105
1106
1107
1108
1109
1110
1111
1112
1113
1114
1115
1116
1117
1118
1119
1120
1121
1122
1123
1124
1125
1126
1127
1128
1129
1130
1131
1132
1133
1134
1135
1136
1137
1138
1139
1140
1141
1142
1143
1144
1145
1146
1147
1148
1149
1150
1151
1152
1153
1154
1155
1156
1157
1158
1159
1160
1161
1162
1163
1164
1165
1166
1167
1168
1169
1170
1171
1172
1173
1174
1175
1176
1177
1178
1179
1180
1181
1182
1183
1184
1185
1186
1187
1188
1189
1190
1191
1192
1193
1194
1195
1196
1197
1198
1199
1200
1201
1202
1203
1204
1205
1206
1207
1208
1209
1210
1211
1212
1213
1214
1215
1216
1217
1218
1219
1220
1221
1222
1223
1224
1225
1226
1227
1228
1229
1230
1231
1232
1233
1234
1235
1236
1237
1238
1239
1240
1241
1242
1243
1244
1245
1246
1247
1248
1249
1250
1251
1252
1253
1254
1255
1256
1257
1258
1259
1260
1261
1262
1263
1264
1265
1266
1267
1268
1269
1270
1271
1272
1273
1274
1275
1276
1277
1278
1279
1280
1281
1282
1283
1284
1285
1286
1287
1288
1289
1290
1291
1292
1293
1294
1295
1296
1297
1298
1299
1300
1301
1302
1303
1304
1305
1306
1307
1308
1309
1310
1311
1312
1313
1314
1315
1316
1317
1318
1319
1320
1321
1322
1323
1324
1325
1326
1327
1328
1329
1330
1331
1332
1333
1334
1335
1336
1337
1338
1339
1340
1341
1342
1343
1344
1345
1346
1347
1348
1349
1350
1351
1352
1353
1354
1355
1356
1357
1358
1359
1360
1361
1362
1363
1364
1365
1366
1367
1368
1369
1370
1371
1372
1373
1374
1375
1376
1377
1378
1379
1380
1381
1382
1383
1384
1385
1386
1387
1388
1389
1390
1391
1392
1393
1394
1395
1396
1397
1398
1399
1400
1401
1402
1403
1404
1405
1406
1407
1408
1409
1410
1411
1412
1413
1414
1415
1416
1417
1418
1419
1420
1421
1422
1423
1424
1425
1426
1427
1428
1429
1430
1431
1432
1433
1434
1435
1436
1437
1438
1439
1440
1441
1442
1443
1444
1445
1446
1447
1448
1449
1450
1451
1452
1453
1454
1455
1456
1457
1458
1459
1460
1461
1462
1463
1464
1465
1466
1467
1468
1469
1470
1471
1472
1473
1474
1475
1476
1477
1478
1479
1480
1481
1482
1483
1484
1485
1486
1487
1488
1489
1490
1491
1492
1493
1494
1495
1496
1497
1498
1499
1500

	Entidade Financiadora	Produto	Vencimento	Tipo de amortização	Taxa de juro (Spread/Indexante)	Garantias
Instituições financeiras						
Empréstimos bancários	IFDR - QREN Empréstimo-quadro - Banco Europeu de Investimento (BEI)	Médio e longo prazo	31/12/2027	rendas constantes, reembolso semestral	3,90%	Consignação da totalidade das receitas que na qualidade de vendedor para si resultam dos contratos celebrados com os Municípios de Arraiolos, Estremoz e Reguengos de Monsaraz
Subtotal						

A parcela classificada como não corrente em 31/12/2020 e em 31/12/2019 tem o seguinte plano de reembolso definido:

(valores expressos em euros)

Ano	Período 2020		Período 2019	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2020			130.262,49€	44.965,05€
2021	135.344,03€	39.883,51€	135.344,03€	39.883,51€
2022	140.623,80€	34.603,74€	140.623,80€	34.603,74€
2023	146.109,53€	29.118,01€	146.109,53€	29.118,01€
2024	151.809,27€	23.417,57€	151.809,27€	23.417,57€
2025	157.731,34€	17.496,20€	157.731,34€	17.496,20€
2026	163.884,45€	11.343,09€	163.884,45€	11.343,09€
2027	170.277,46€	4.949,97€	170.277,46€	4.949,97€

9. IMPARIDADE DE ATIVOS

9.1. QUANTIAS DAS PERDAS POR IMPARIDADE E RESPECTIVAS REVERSÕES INCLUÍDAS EM CADA UMA DAS LINHAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Cientes	Totais
Período 2020	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(7.661,52)	(7.661,52)
		Reversões	3.475,85	3.475,85
		Totais	(4.185,67)	(4.185,67)
Período 2019	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Aumentos	(64.525,14)	(64.525,14)
		Reversões	501,20	501,20
		Totais	(64.023,94)	(64.023,94)

9.2. RECONCILIAÇÃO ENTRE AS QUANTIAS BRUTAS E AS QUANTIAS LÍQUIDAS POR CLASSE DE ATIVOS SUJEITOS A PERDAS DE IMPARIDADE

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos sujeitos a perdas de imparidade	Período 2020			Período 2019		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Cientes	1.456.418,36	(289.142,88)	1.167.275,48	1.338.738,08	(284.957,21)	1.053.780,87
Totais	1.456.418,36	(289.142,88)	1.167.275,48	1.338.738,08	(284.957,21)	1.053.780,87

10. INVENTÁRIOS

10.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS NA MENSURAÇÃO DOS INVENTÁRIOS E FÓRMULA DE CUSTEIO USADA

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, os direitos de importação e outros impostos, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

Os produtos e os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui os custos dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento nem gastos administrativos.

10.2. QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA ESCRITURADA EM CLASSIFICAÇÕES APROPRIADAS

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários	Inventários de produção		Totais	
	Produtos e trabalhos em curso	Subtotais		
31.12.2020	Inventários armazenados na empresa	108.041,46	108.041,46	108.041,46
	Totais	108.041,46	108.041,46	108.041,46
31.12.2019	Inventários armazenados na empresa	104.854,73	104.854,73	104.854,73
	Totais	104.854,73	104.854,73	104.854,73

*mr
pink
/s
16/12*

10.3. QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos (rendimentos) durante o período com relação aos inventários da produção			Período 2020		Período 2019	
			Produtos e trabalhos em curso	Totais	Produtos e trabalhos em curso	Totais
Demonstração das variações nos	Inventários no começo do período	-	104.854,73	104.854,73	70.615,10	70.615,10
	Inventários no fim do período	+	108.041,46	108.041,46	104.854,73	104.854,73
	Variações nos inventários da produção	=	3.186,73	3.186,73	34.239,63	34.239,63
	Totais	=	3.186,73	3.186,73	34.239,63	34.239,63

11. RÉDITO
11.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS PARA O RECONHECIMENTO DO RÉDITO INCLUINDO OS MÉTODOS ADOTADOS PARA DETERMINAR A FASE DE ACABAMENTO DE TRANSAÇÕES QUE ENVOLVEM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros abatimentos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

11.2. QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA DURANTE O PERÍODO

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2020			Período 2019		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	1.328.622,89	23,82%	9,93%	1.208.635,97	23,54%	7,94%
Prestação de serviços	4.245.195,36	76,12%	8,67%	3.906.468,06	76,09%	8,66%
Juros	3.482,75	0,06%	(81,52%)	18.844,27	0,37%	(42,09%)
Totais	5.577.301,00	100,00%	8,64%	5.133.948,30	100,00%	8,14%

12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

(valores expressos em euros)

Provisões		Processos judiciais em curso	Matérias ambientais	Totais
Acumuladas em 01.01.2019		13.109,60	3.673.254,94	3.686.364,54
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas	(8.160,00)		(8.160,00)
	Quantias revertidas no período	(4.949,60)	(490,00)	(5.439,60)
Acumuladas em 31.12.2019 (01.01.2020)			3.672.764,94	3.672.764,94
Reduções	Quantias usadas no período por ocorrência das situações provisionadas			
	Quantias revertidas no período		(179.840,50)	(179.840,50)
Acumuladas em 31.12.2020			3.492.924,44	3.492.924,44

No termo do exercício de 2018, mostrava-se pendente, no Centro Local do Alentejo Central da Autoridade para as Condições do Trabalho, o processo de contraordenação nº101700857, iniciado em 2017, com decisão notificada a 26/01/2018, em que a empresa foi condenada no pagamento de coima no valor de € 8.160,00, acrescida de custas no montante de € 142,80. Esta decisão foi objeto de recurso judicial, tendo em 2019 a decisão final sido desfavorável à empresa. A empresa constituiu no período de 2018 uma Provisão para processos judiciais em curso, no montante de 8.160,00 €, a qual foi utilizada no período de 2019.

Relativamente a pleitos judiciais ou extrajudiciais, havia a reportar a pendência, no termo do período de 2018, no Juízo do Trabalho do Tribunal Judicial da Comarca de Évora, que aí corria sob o nº 2273/18.3T8EVR, o recurso de contraordenação, que teve por objeto a decisão proferida pelo ACT em dois processos de contraordenação, os quais encerraram no período de 2019 com decisão favorável à empresa. As eventuais responsabilidades da empresa, decorrentes desse pleito, somavam o montante de € 4.949,60 acrescida de custas no montante de € 61,20, relativos a quantias devidas a título de créditos laborais e contribuições para a Segurança Social.

Responsabilidades finais da sociedade:

O processo nº CO/000908/14, que corre termos na Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território, mostra-se em fase de instrução, e tem por objeto factos suscetíveis de integrar duas contraordenações ambientais leves, puníveis com coimas de valor entre 3.000,00€ e 22.500€.

A entidade não identifica outros passivos e/ou ativos contingentes.

Handwritten signature
VS

13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

13.1. POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOTADA PARA OS SUBSÍDIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Governo apresentados nas demonstrações financeiras, tratam-se de subsídios ao investimento não reembolsáveis, relacionados com Ativos depreciables e, como tal, reconhecidos no Capital Próprio (conta 593 – Outras variações no capital próprio), e imputados a rendimentos na proporção das depreciações praticadas.

Handwritten signature

Por outro lado, encontram-se deduzidos do respetivo ajustamento em subsídios à taxa futura de IRC.

Existem igualmente subsídios governamentais - subsídios à exploração – que estão reconhecidos separadamente na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime de acréscimo.

13.2. NATUREZA E EXTENSÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INDICAÇÃO DE OUTRAS FORMAS DE APOIO DO GOVERNO

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos	Medida de Incentivo			Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objeto do Incentivo	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
Inalentejo POVT 40	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Maximização da recolha seletiva e triagem na área do SIRSU de Évora	Não reembolsável	316.598,17		316.598,17
POVT 9 - TMB	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (TMB) dos Sistemas GESAMB, AMCAL, e RESIALENTEJO (Gesamb-56,64%, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	14.489.840,81		14.489.840,81
Inalentejo 2010 - POVT 31	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Maximização da recolha seletiva e aplicação de MTD no Aterro Sanitário de Évora	Não reembolsável	341.536,62		341.536,62
Inalentejo Cand. Con Junta	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Operação conjunta com vista à prevenção, otimização da rec. Seletiva e sensibilização (Gesamb, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	744.850,04		744.850,04
Altercega II	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Medidas de Adaptación y Mitigación al Cambio Climático a través del impulso de las Energías Alternativas en Centro, Extremadura y Alentejo (Fase II)	Não reembolsável	138.337,43		138.337,43
TGR 032 - RCD	APA	APA	(Gesamb, entidades portuguesas e espanholas)	Não reembolsável		36.618,54	36.618,54
POVT - CDR 023	POVT	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Sistema de Cestão de Resíduos de construção e Demolição da GESAMB Infraestruturas Complementares aos TMB da GESAMB, Resialentejo e AMCAL (Gesamb-56,64%, Amcal e Resialentejo)	Não reembolsável	2.777.774,48		2.777.774,48
ECO2CIR	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	OE6F - Incrementar los niveles de eficiencia en la utilización de los recursos naturales para contribuir al desarrollo de la economía verde en el espacio de cooperación	Não reembolsável		24.150,00	24.150,00

Não reembolsáveis

Relação dos subsídios obtidos	Medida de incentivo			Quantias concedidas			
	Medida	Entidade concedente	Objeto do Incentivo	Forma de concessão	Já recebidas	Por receber	Total
FUNDO AMBIENTAL	Fundo Ambiental	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	Apio à aquisição de veículos elétricos nos sistemas municipais e intermunicipais de água, saneamento e resíduos	Não reembolsável	21.500,00		21.500,00
POSEUR-76 - Recolha Seletiva	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização e reforço da rede de recolha seletiva	Não reembolsável	547.739,99	(1.429,31)	546.310,68
POSEUR-89 - TMB	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização do tratamento mecânico e biológico (TMB) de Beja e Évora	Não reembolsável	256.889,26	14.572,91	271.462,17
POSEUR-146 - Inovação	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Implementação de Sistema Piloto de Recolha Seletiva Porta-a-Porta de RUB e Otimização de Circuitos de Recolha Seletiva Multimateria	Não reembolsável	388.195,34	81.448,29	469.643,63
POSEUR-185 - Inov II	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem	Não reembolsável	245.169,10	257.180,90	502.350,00
MoveTe	Fundo Ambiental	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	Edu Move-te: Educar para a mobilidade sustentável	Não reembolsável	18.852,95		18.852,95
POSEUR-264	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Évora+Verde - Recolha seletiva de biorresíduos	Não reembolsável		215.722,92	215.722,92
POSEUR-268	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Re-Planta - Compostagem doméstica e comunitária	Não reembolsável		365.519,96	365.519,96
Subtotais					20.287.284,19	993.784,21	21.281.068,40
Subsídios à exploração	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	OE6F - Incrementar los niveles de eficiencia en la utilización de los recursos naturales para contribuir al desarrollo de la economía verde en el espacio de cooperación	Não reembolsável		35.850,00	35.850,00

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "ma", "riul", "K"
 - Middle right: "FM"
 - Bottom right: "K"

Relação dos subsídios obtidos	Medida de Incentivo		Objeto do incentivo	Forma de concessão	Quantias concedidas		Total
	Medida	Entidade concedente			Já recebidas	Por receber	
SECASOL	POCTEP	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Fomento de tecnologias inovadoras para la mejora de la eficiencia en el proceso de secado de los lodos provenientes del sector Depuración de Aguas Residuales y de secado de RSU de en los procesos industriales de tratamiento de residuos mediante el uso de Tec. Solares de Concentración en la región Andalucía-Algarve-Alentejo	Não reembolsável	9.338,84	3.990,98	13.329,82
POSEUR-76 - Recolha Seletiva	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização e reforço da rede de recolha seletiva	Não reembolsável	13.023,49	28.026,20	41.049,69
POSEUR-146 - Inovação	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Implementação de Sistema Piloto de Recolha Seletiva Porta-a-Porta de RUB e Otimização de Circuitos de Recolha Seletiva Multimateria	Não reembolsável	31.875,00	6.570,50	38.445,50
POSEUR-89 - TMB	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Otimização do tratamento mecânico e biológico (TMB) de Beja e Évora	Não reembolsável	429,57	5.433,31	5.862,88
POSEUR-119 - Sensibilização	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Para amanhã sorrir vamos hoje prevenir!	Não reembolsável	80.342,04	19.430,96	99.773,00
PlaCarvões	Fundo Ambiental	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	Repensar os plásticos na economia: desenhar, usar, regenerar	Não reembolsável	1.369,67		1.369,67
POSEUR-185 - Inov II	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem	Não reembolsável	34.000,00		34.000,00
MoveTe	Fundo Ambiental	Secretaria Geral do Ministério do Ambiente	Edu Move-te: Educar para a mobilidade sustentável	Não reembolsável	26.662,87	0,00	26.662,87
POSEUR-264	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Évora+Verde - Recolha seletiva de biorresíduos	Não reembolsável	93.500,00		93.500,00
POSEUR-268	POSEUR	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP	Re-Planta - Compostagem doméstica e comunitária	Não reembolsável	72.003,53		72.003,53
Subtotais					163.041,47	298.805,48	461.846,95
Totais					20.450.325,66	1.292.589,69	21.742.915,35

Não reembolsáveis

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 2020			Período 2019			
		Demonstração dos resultados		Balanço	Demonstração dos resultados		Balanço	
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	AMDE - 1ª Trf	40.892,26	277.400,89		81.668,90	318.293,15	
	AMDE - 2ª Trf		12.544,29			36.046,72	12.544,29	
	Inalentejo POVT 40					11.668,40		
	POVT 9 - TMB		517.492,02	5.027.029,29		522.576,95	5.544.521,31	
	Inalentejo 2010 - POVT 31		5.843,30	3.408,69		13.551,53	9.251,99	
	Altercexa II		9.707,09	33.828,59		9.707,09	43.535,68	
	TGR 032 - RCD		12.301,50	34.854,25		17.276,29	47.155,75	
	POVT - CDR 023		96.617,95	885.496,40		106.348,42	982.114,35	
	ECO2CIR		4.830,00	13.685,00		4.830,00	18.515,00	
	FUNDO AMBIENTAL		5.375,00	4.927,08		5.375,00	10.302,08	
	POSEUR-76 - Recolha Seletiva		95.754,06	268.422,68		101.744,44	388.660,71	
	POSEUR-89 - TMB		25.610,45	233.632,60		11.927,43	259.243,05	
	POSEUR-146 - Inovação		87.067,05	352.736,42		32.447,42	470.051,33	
	POSEUR-185 - Inov II		16.923,65	485.426,35			502.350,00	
	Fundo Ambiental - Move-te		4.713,24	12.175,86		1.963,85	16.889,10	
	POSEUR-264		838,87	214.884,05				
	POSEUR-268			365.519,96				
	Subtotais		936.510,73	8.213.428,11		957.132,44	8.623.427,79	
	Subsídios relacionados com resultados	POSEUR-76 - Recolha Seletiva				28.026,20		
		POSEUR-89				5.862,88		
SECASOL		1.694,81			2.655,20			
POSEUR-146		27.820,50			10.625,00			
Fundo Ambiental - Move-Te_Imp 12					26.662,87			
POSEUR-119					32.509,47			
POSEUR-185		9.770,90						
POSEUR-268		6.375,00						
Subtotais	45.661,21			106.341,62				
Totais	45.661,21	936.510,73	8.213.428,11	106.341,62	957.132,44	8.623.427,79		

13.3. CONDIÇÕES NÃO SATISFEITAS E OUTRAS CONTINGÊNCIAS LIGADAS AO APOIO DO GOVERNO QUE FORAM RECONHECIDAS

As condições necessárias à satisfação das disposições contratuais contantes dos acordos firmados com o Governo para a concessão dos subsídios discriminados no ponto anterior deste anexo estão a ser cumpridas, não sendo previsível qualquer alteração deste quadro até ao termo dos contratos respetivos.

14. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

14.1. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 26 de março 2021.

14.2. INDICAÇÃO SOBRE SE FORAM RECEBIDAS INFORMAÇÕES APÓS A DATA DO BALANÇO ACERCA DE CONDIÇÕES QUE EXISTIAM À DATA DO BALANÇO. EM CASO AFIRMATIVO, INDICAÇÃO SOBRE SE, FACE ÀS NOVAS INFORMAÇÕES, FORAM ATUALIZADAS AS DIVULGAÇÕES QUE SE RELACIONAM COM ESSAS CONDIÇÕES

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

14.3. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO QUE NÃO DERAM LUGAR A AJUSTAMENTOS

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não obstante o descrito anteriormente, importa referir o seguinte:

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das duas primeiras vagas do COVID-19 ocorridas durante 2020, a Pandemia registou nos primeiros dois meses de 2021 (terceira vaga) um subsequente e severo agravamento que, somente neste curto período, terá ultrapassado o número de incidentes (infetados e óbitos) de todo o ano de 2020.

Apesar do impacto social e económico muitíssimo significativo, gerando elevado grau de incerteza para todos os agentes económicos, os impactos na Gesamb situaram-se sobretudo no plano operacional, não comprometendo a sua situação económica e financeira, e a continuidade das operações, tendo todos os impactos, independentemente da sua materialidade, sido relatados no relatório de gestão deste período e os seus efeitos reconhecidos nas demonstrações financeiras apresentadas.

Apesar do severo agravamento da Pandemia no início de 2021 não perspetivamos, que os efeitos económicos decorrentes dos esforços para conter a epidemia venham a determinar uma redução do valor recuperável dos ativos da empresa.

Handwritten notes:
 m...
 p...
 H
 K...

O impacto da atual crise COVID-19, ainda que venha a ser material, o que no momento não se antecipa, não colocará em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

15. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

15.1. PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO/RENDIMENTO DE IMPOSTOS

(valores expressos em euros)

Quantias dos principais componentes de (gasto)/rendimento de impostos			Período 2020		Período 2019	
			Demonstração dos resultados	Totais	Demonstração dos resultados	Totais
Imposto sobre o rendimento do período	Imposto corrente	2	122.153,71	122.153,71	86.020,28	86.020,28
	(Gastos)/rendimentos por impostos diferidos					
	De diferenças temporárias		6.346,54	6.346,54	(9.496,90)	(9.496,90)
	Imposto diferido	3	6.346,54	6.346,54	(9.496,90)	(9.496,90)
		4				
		=				
Imposto sobre o rendimento do período		2	128.500,25	128.500,25	76.523,38	76.523,38
		+				
		3				
		5				
		=				
Totais		1	128.500,25	128.500,25	76.523,38	76.523,38
		+				
		4				

15.2. IMPOSTO DIFERIDO

No termo do período de 2019 foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relativamente às quantias das perdas por imparidade reconhecidas em clientes, não aceites em termos fiscais, no montante de 55.541,74 euros, considerando a taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%), ao que correspondeu o montante em ativos por impostos diferidos 12.496,89 euros.

No termo do período de 2020 foram reconhecidos ativos por impostos diferidos relativamente às quantias das perdas por imparidade reconhecidas em clientes, não aceites em termos fiscais, no montante de 27.334,89 euros, considerando a taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%), ao que correspondeu o montante em ativos por impostos diferidos 6.150,35 euros.

No termo do período de 2019 foi ajustado o Subsídio ao investimento à taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%). Este ajustamento não teve impacto direto nos resultados, sendo o seu cálculo justificado conforme segue: 8.623.427,79 € (total de subsídio ao investimento reconhecido)
 * 22,5% = 1.940.271,25 €.

No termo do período de 2020 foi ajustado o Subsídio ao investimento à taxa futura de IRC acrescida de derrama (21% + 1,5%). Este ajustamento não teve impacto direto nos resultados, sendo o seu cálculo justificado conforme segue: 8.213.428,11 € (total de subsídio ao investimento reconhecido)
 * 22,5% = 1.848.021,32 €.

15.3. RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO

(valores expressos em euros)

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos			Período 2020			Período 2019				
			Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período		1	-	393.122,38			215.810,25		
	Gastos/(rendimentos) de impostos		2	-	128.500,25			76.523,38		
	Resultado antes de impostos		3 = 1 + 2	3	521.622,63	21,00%	109.540,75	292.333,63	21,00%	61.390,06
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar ...	4	45.282,21	21,00%	9.509,26	30.596,57	21,00%	6.425,28	
		A deduzir ...	5	(4.254,12)	21,00%	(893,37)	(3.510,39)	21,00%	(737,18)	
	Diferenças temporárias	A acrescentar ...	6	27.334,89	21,00%	5.740,34	55.541,74	21,00%	11.663,78	
		A deduzir ...	7	(55.541,74)	21,00%	(11.663,77)	(13.333,31)	21,00%	(2.800,00)	
Lucro/(Prejuízo fiscal)			8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7	534.443,87	21,00%	112.233,21	361.628,24	21,00%	75.941,93	
Matéria coletável / coleta			10 = 8 - 9	534.443,87	21,00%	112.233,21	361.628,24	21,00%	75.941,93	
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma	12	1.903,84	100,00%	1.903,84	4.653,93	100,00%	4.653,93	
		Derrama	12	8.016,66	100,00%	8.016,66	5.424,42	100,00%	5.424,42	
Imposto	Imposto corrente		3	13 = 10 - 11 + 12	521.622,63	23,42%	122.153,71	292.333,63	29,43%	86.020,28
	Imposto diferido			Δ dos ativos e dos passivos diferidos	14	6.346,54	100,00%	6.346,54	(9.496,90)	100,00%
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média			3	16 = 13 - 14 - 15	521.622,63	24,63%	128.500,25	292.333,63	26,18%	76.523,38

15.4. EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA(S) DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR

O imposto sobre o rendimento aumentou de 76.523,38 euros em 2019 para 128.500,25 euros em 2020, correspondente a uma taxa efetiva de imposto de 26,18% em 2019 e de 24,63% em 2020.

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. INFORMAÇÃO SOBRE AS PROVISÕES DE CARATER AMBIENTAL

O Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto, e posteriores alterações, que estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e os requisitos gerais a observar na conceção, construção, exploração, encerramento e pós - encerramento de aterros, determina, no seu artigo 42º, as obrigações do operador quanto ao encerramento, manutenção e controlo na fase pós - encerramento do aterro sanitário.

*mt
pink
V
H*

Para o efeito, a entidade tem constituída uma provisão acumulada que ascende a 31/12/2020 a 3.492.924,44€.

Paralelamente existem à data de 31/12/2020, depósitos a prazo conforme preconizado pela alínea b), do nº3, do Art.º 40 do CIRC, no montante de 4.205.000,00 €.

H

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS PARA OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS PARA A CONTABILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS RELEVANTES PARA A COMPREENSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Clientes (menos imparidades)
- Fornecedores
- Outros créditos a receber (menos imparidades)
- Outras dívidas a pagar
- Financiamentos obtidos

17.2. QUANTIAS ESCRITURADAS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas dos instrumentos financeiros		Período 2020				Período 2019			
		31.12.2020			Quantias escrituradas no reconhecimento inicial	31.12.2019			Quantias escrituradas no reconhecimento inicial
		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas		Quantias brutas escrituradas dos instrumentos financeiros	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	
[[Exceção (i) Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, (ii) direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados, e (iii) direitos no âmbito de contratos de seguros ou no âmbito de contratos de locações a não ser que estes contratos resultem numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com: (a) alterações no risco segurado/alterações no preço do bem locado, (b) alterações na taxa de câmbio ou (c) entrada em incumprimento de uma das partes]]		Mensuradas ao custo				Mensuradas ao custo			
Clientes	Conta corrente	1.456.418,36	(289.142,88)	1.167.275,48	1.053.780,87	1.338.738,08	(284.957,21)	1.053.780,87	889.168,52
	Subtotais	1.456.418,36	(289.142,88)	1.167.275,48	1.053.780,87	1.338.738,08	(284.957,21)	1.053.780,87	889.168,52
Ativos financeiros	Fornecedores (saldosDevedores)	24.332,04		24.332,04	23.522,04	23.522,04		23.522,04	29.093,58
	Fornecedores de investimentos (saldosDevedores)	270,00		270,00	1.469,00	1.469,00		1.469,00	270,00
	Juros a receber	623,83		623,83	8.136,52	8.136,52		8.136,52	7.642,11
	Outros devedores por acréscimos de proveitos	145.391,72		145.391,72	82.613,39	82.613,39		82.613,39	4.310,74
	POSEUR-119 - Sensibilização	19.430,96		19.430,96	26.363,25	26.363,25		26.363,25	84.655,15
	APA TGR 032 -RCD	36.618,54		36.618,54	36.618,54	36.618,54		36.618,54	36.618,54
	ECO2CIR	60.000,00		60.000,00	60.000,00	60.000,00		60.000,00	60.000,00
	POSEUR-76 - Recolha Seletiva	26.596,89		26.596,89	60.714,02	60.714,02		60.714,02	311.145,70
	POSEUR-89 - TMB	20.006,22		20.006,22	19.451,94	19.451,94		19.451,94	254.275,24
	POSEUR-146 - Inovação	88.018,79		88.018,79	148.617,91	148.617,91		148.617,91	544.998,75
	POSEUR-185 InovII	291.180,90		291.180,90	536.350,00	536.350,00		536.350,00	
	POSEUR-264	309.222,92							
	POSEUR-268	437.523,49							
	SECASOL	3.990,98		3.990,98	5.661,16	5.661,16		5.661,16	15.000,00
Seguro do agregado família	1.569,49		1.569,49						
Subtotais	1.464.776,77		1.464.776,77	1.009.517,77	1.009.517,77		1.009.517,77	1.348.009,81	
Totais	2.921.195,13	(289.142,88)	2.632.052,25	2.063.298,64	2.348.255,85	(284.957,21)	2.063.298,64	2.237.178,33	
Fornecedores	Conta corrente	359.646,30		359.646,30	205.294,12	205.294,12		205.294,12	308.572,69
	Subtotais	359.646,30		359.646,30	205.294,12	205.294,12		205.294,12	308.572,69
Financiamentos obtidos	Outros financiadores	1.065.779,88		1.065.779,88	1.196.042,37	1.196.042,37		1.196.042,37	1.321.414,10
	Subtotais	1.065.779,88		1.065.779,88	1.196.042,37	1.196.042,37		1.196.042,37	1.321.414,10
Passivos financeiros	Clientes (saldos credores)	490,44		490,44	16.792,57	16.792,57		16.792,57	7.175,88
	Pessoal	805,07		805,07	372,70	372,70		372,70	286,83
	Fornecedores de investimentos	85.221,17		85.221,17	223.675,50	223.675,50		223.675,50	682.481,13
	Remunerações a liquidar	214.519,88		214.519,88	188.026,66	188.026,66		188.026,66	163.963,84
	Juros a liquidar	2.161,25		2.161,25	2.412,05	2.412,05		2.412,05	2.679,76
	Outros	103.115,79		103.115,79	127.912,60	127.912,60		127.912,60	35.385,00
	Taxa Gestão	643.064,54		643.064,54	543.148,71	543.148,71		543.148,71	483.137,27
	Correção Faturação	128.164,00		128.164,00	114.198,00	114.198,00		114.198,00	110.195,00
	Taxa Gestão - Não Repercutível	91.895,85							
	Taxa da Lei n.º 34/2015	393.504,91		393.504,91	392.282,87	392.282,87		392.282,87	293.831,99
	Caução - Empreitada GES CP 20/2018 - Tamesur	20.692,50		20.692,50	20.692,50	20.692,50		20.692,50	
	Caução - Carros GES CP 19/2017 - Resitul	14.775,00		14.775,00	14.775,00	14.775,00		14.775,00	
	Subtotais	1.698.410,40		1.698.410,40	1.644.289,16	1.644.289,16		1.644.289,16	1.804.608,36
	Totais	3.123.836,58		3.123.836,58	3.045.625,65	3.045.625,65		3.045.625,65	3.434.595,15

mit
mit
US

17.3. PERDAS POR IMPARIDADE EM ATIVOS FINANCEIROS

(valores expressos em euros)

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de ativos financeiros		Período 2020				Período 2019			
		Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período	Perdas por imparidade acumuladas no começo do período	Variações no período		Perdas por imparidade acumuladas no fim do período
			Aumentos	Reversões			Aumentos	Reversões	
Clientes	Conta Corrente	284.957,21	7.661,52	(3.475,85)	289.142,88	220.933,27	64.525,14	(501,20)	284.957,21
	Subtotais	284.957,21	7.661,52	(3.475,85)	289.142,88	220.933,27	64.525,14	(501,20)	284.957,21
Totais		284.957,21	7.661,52	(3.475,85)	289.142,88	220.933,27	64.525,14	(501,20)	284.957,21

ML

17.4. QUANTIAS DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

(valores expressos em euros)

Quantias das dívidas de cobrança duvidosa		31.12.2020			31.12.2019		
		Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas	Quantias brutas escrituradas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas escrituradas
Em mora	Há menos de seis meses				45.647,64	(45.647,64)	
	Há mais de seis meses e até doze meses	4.987,16	(4.987,16)		664,78	(664,78)	
	Há mais de doze meses e até dezoito meses	46.901,95	(46.901,95)		17.752,08	(17.752,08)	
	Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	574,18	(574,18)		2.077,91	(2.077,91)	
	Há mais de vinte e quatro meses	236.679,58	(236.679,58)		218.814,80	(218.814,80)	
	Subtotais	289.142,87	(289.142,87)		284.957,21	(284.957,21)	
Totais		289.142,87	(289.142,87)		284.957,21	(284.957,21)	

18. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS
18.1. NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS DURANTE O PERÍODO E GASTOS COM PESSOAL

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários e isenção de horário de trabalho, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente

pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os gastos com o pessoal correspondem a:

18.2.1. PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA E HORAS TRABALHADAS

(valores expressos em euros)

Pessoas ao serviço e horas trabalhadas		Período 2020				Período 2019			
		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas		Número médio de pessoas		Número de horas trabalhadas	
		Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total	Remuneradas	Total
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário	Tempo completo	102	102	164.151	164.151	95	95	155.584	155.584
	Totais	102	102	164.151	164.151	95	95	155.584	155.584
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo	Homens	74	74	119.090	119.090	66	66	108.090	108.090
	Mulheres	28	28	45.061	45.061	29	29	47.494	47.494
	Totais	102	102	164.151	164.151	95	95	155.584	155.584

18.3. OS GASTOS COM O PESSOAL CORRESPONDEM A:

(valores expressos em euros)

Gastos com o pessoal	Período 2020	Período 2019
Remunerações dos órgãos sociais	1.176,00	2.058,00
Remunerações do pessoal	1.400.364,55	1.264.700,31
Indemnizações	805,32	971,01
Encargos sobre remunerações	300.128,73	270.835,06
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	53.985,72	44.330,63
Gastos de Ação social	25.549,96	
Outros gastos com o pessoal	99.977,42	89.057,10
	1.881.987,70	1.671.952,11

18.4. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E ENCARGOS DA ENTIDADE

A entidade manteve até ao período de 2019 um Fundo para Fins Sociais destinado a dar cumprimento ao Artigo 31º, dos Estatutos da Gesamb – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM. Este fundo foi criado com o fim de auxiliar a satisfação das necessidades de ordem económica e social dos colaboradores da Gesamb e seus familiares.

Por deliberação dos órgãos sociais da Gesamb, após avaliação dos meios financeiros à disposição do Fundo para Fins Sociais, foi deliberado no período de 2019 a sua substituição pela subscrição de uma apólice de grupo de seguro de saúde para todos os funcionários, com efeitos a partir de janeiro de 2020.

*mar
jul
U*

19. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos exercícios de 2020 e 2019 não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do CSC, pelo que nada há a relatar quanto a negócios entre a sociedade e os seus Administradores.

Relativamente ao artigo 66º-A do CSC, a empresa informa que não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço e, bem assim como, que os honorários faturados no exercício de 2020 e 2019 são como se segue:

(valores expressos em euros)

	2020	2019
Revisão legal das contas	8.500,00	8.500,00

MM

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. DETALHE DA RUBRICA DE «ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS»

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»		31.12.2020		31.12.2019	
		Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Imposto sobre o rendimento	Imposto estimado		53.302,72		50.234,05
	Totais		53.302,72		50.234,05
Retenção de impostos sobre rendimentos			10.270,45		9.605,90
Imposto sobre o valor acrescentado		106.338,82		191.380,08	
Contribuições para a Segurança Social			32.884,55		31.377,72
Outras tributações			395,53		295,07
Totais		106.338,82	96.853,25	191.380,08	91.512,74

20.2. DETALHE DA RUBRICA DE «DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS»

(valores expressos em euros)

Gastos a reconhecer	Período 2020	Período 2019	Rendimentos a reconhecer	Período 2020	Período 2019
Seguros	145.410,69	115.834,39	Incumprimento Resitul		
Contrato Assistência Brabal	1.951,04		SECASOL		3.005,96
Aluguer Máquinas Agua	224,00	238,10	POSEUR-76 - Recolha Seletiva		
Alojamento servidor	327,27	328,85	POSEUR-119 - Sensibilização	5.064,75	5.064,75
Contrato InCentea		91,87	POSEUR-146 - Inovação		31.875,00
Aluguer Oxigenio		77,81	POSEUR-185 - Inov II	24.229,10	34.000,00
Primavera	375,25	906,59	POSEUR-264	93.500,00	
Assistência Algardata	903,58	553,55	POSEUR-268	65.628,53	
Plataforma Contratação Publica	855,79	1.500,00			
Stock Artigos Manutenção	193.789,31	186.739,43			
Diversos	3.154,51	1.524,17	Diversos	4.537,62	2.965,50
	346.991,44	307.794,76		192.960,00	76.911,24

20.3. O DETALHE DOS GASTOS INCORRIDOS EM FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS É COMO SE SEGUE

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2020	Período 2019
Subcontratos		38.084,96	51.389,34
Serviços especializados	Trabalhos especializados	233.406,22	166.804,02
	Publicidade e propaganda	23.423,17	88.494,63
	Vigilância e segurança	99.708,83	91.074,90
	Honorários	8.214,54	8.400,00
	Conservação e reparação	586.798,28	516.161,00
	Outros	11.106,10	21.594,87
Totais		962.657,14	892.529,42
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14.491,48	11.158,73
	Livros e documentação técnica	99,06	99,06
	Material de escritório	6.923,16	7.379,42
	Outros	6.418,28	29.372,13
Totais		27.931,98	48.009,34
Energia e fluidos	Eletricidade	114.760,09	122.900,21
	Combustíveis	373.321,80	413.476,04
	Água	2.682,31	3.100,77
	Outros	33.186,69	41.475,01
Totais		523.950,89	580.952,03
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	442,80	2.132,55
	Outros	545,96	1.499,18
	Totais	988,76	3.631,73
Serviços diversos	Rendas e alugueres	1.654,51	2.240,58
	Comunicação	18.049,44	17.155,11
	Seguros	117.233,08	106.659,44
	Contencioso e notariado	549,00	807,00
	Despesas de representação	9,27	885,25
	Limpeza, higiene e conforto	15.551,06	13.776,45
	Outros serviços	3.505,88	
Totais		156.552,24	141.523,83
Totais		1.710.165,97	1.718.035,69

mt
pink
13

20.4. O DETALHE DOS GASTOS INCORRIDOS EM "OUTROS GASTOS" E DOS RENDIMENTOS RECONHECIDOS EM "OUTROS RENDIMENTOS", NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, É COMO SE SEGUE

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2020	Período 2019	Outros gastos		Período 2020	Período 2019
Rendimentos suplementares	Aluguer de equipamento			Impostos	Impostos indiretos	13.424,35	13.389,35
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas	836.538,04	653.097,69
	Outros rendimentos suplementares	566,04			...		
	Totais	566,04			Totais	849.962,39	666.487,04
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações	993,20	510,40	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	Alienações		
	Sinistros	4.956,49	2.205,72		Sinistros		500,00
	Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	1.195,08	1.195,08		Gastos em propriedades		
	Totais	7.144,77	3.911,20		Totais		500,00
Outros rendimentos e ganhos	Correções relativas a períodos anteriores	15.241,90	65.065,11	Outros gastos e perdas	Correções relativas a períodos anteriores	40.094,97	25.432,84
	Imputação de subsídios para investimentos	936.510,73	957.132,44		Donativos	3.020,00	500,00
	Outros não especificados	97.311,78	1.905,01		Quotizações	11.550,00	11.000,00
	Totais	1.049.064,41	1.024.102,56		Totais	178.028,76	151.057,45
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	Juros obtidos	3.482,75	18.844,27				
	Outros rendimentos similares		4.694,56				
	Totais	3.482,75	23.538,83				
Totais	1.060.257,97	1.051.552,59	Totais	1.027.991,15	818.044,49		

mt

20.5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Gesamb apresenta um resultado líquido do exercício de 393.122,38 €. Nos termos das disposições estatutárias, a Gesamb deverá constituir, com carácter obrigatório, a Reserva geral nunca inferior a 10% do resultado líquido do exercício, a Reserva para investimento, no valor de 5% deste resultado.

O Órgão de Gestão propõe, assim, a seguinte aplicação de resultados para o resultado líquido de 393.122,38 €, obtido no exercício:

Reserva Legal	39 800,00
Outras Reservas	
Para Investimento	20 288,14
Para outros fins	38 034,24
Distribuição aos sócios	295.000,00
CIMAC	177 000,00
Biosmart	118 000,00

21. GARANTIAS

A Gesamb mantém duas garantias bancárias desde 28/04/2017, nos montantes de 129.149,54 € e 129.500,00 €, destinadas a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas perante a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo na sequência da emissão das licenças de exploração das células A a D e E do aterro. Mantém ainda, desde a mesma data, dois depósitos a prazo nos mesmos montantes das garantias, apresentados como garantia perante o banco emissor (Banco Comercial Português, S.A.).

Mantém ainda um depósito a prazo junto do Novo Banco, desde 01/07/2012, no montante de 5.000.00 €, reservado como fundo de garantia ambiental.

No período de 2019, a entidade Tamesur prestou uma caução em forma de depósito no montante de 20.692,50, destinado a dar garantia às obrigações assumidas no âmbito do contrato GES CP 20/2018 – “Fornecimento e instalação de equipamento com vista à Ampliação da cabine de volumosos e alimentação dos refugos em semirreboques da central de tratamento mecânico e biológico dos Sistemas AMCAL, GESAMB e RESIALENTEJO, em Évora”.

Ainda no período de 2019, a entidade Resitul prestou uma caução em forma de depósito no montante 14.775,00 €, destinado a dar garantia às obrigações assumidas no âmbito do contrato GES CP 19/2017 – “Fornecimento de duas viaturas pesadas para recolha seletiva”.

Luís Lima Junco de Abo
João Paulo Alves da Silva Gomes
Bernardo Benfantele

A Administração

O Contabilista Certificado

